



ATA

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores - Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----INTERVENÇÕES-----

1. Vereador Bruno Fernandes – a) – Congratulou-se com a nomeação de André Coelho Lima, um vimaranense que é também Vereador desta Câmara Municipal, como Vice-Presidente do Partido Social Democrata durante o XXXVIII Congresso daquele partido, realizado no último fim de semana, em Viana da Castelo; **b)** - Referiu a multa aplicada pela Guarda Nacional Republicana (GNR) ao Município de Guimarães por falta de limpeza de um terreno propriedade municipal, em Santo Amaro. Disse considerar este caso contraditório com a ambição da Autarquia em termos ambientais, designadamente com o desiderato da candidatura a Capital Verde Europeia, considerando constituir um mau exemplo para a população. Ainda no que respeita às funções básicas dos serviços autárquicos, alertou para a importância de uma estratégia e uma política direcionada à proteção dos animais, concretamente, o seu acolhimento e tratamento. Referiu, ainda, a

falta de um plano estratégico na manutenção da rede viária do Concelho, em alguns casos bastante degradada. -----

2. Presidente da Câmara – Sobre a multa da GNR, começou por referir o trabalho do Município, da VITRUS e das Corporações de Bombeiros, considerado exemplar para o País, tanto no aspeto da limpeza, como na prevenção dos fogos florestais, essencialmente em zonas próximas de habitações. Sobre o caso concreto de Santo Amaro, disse que a situação vai continuar a manter-se, já que a Câmara Municipal pretende conservar aquele conjunto arbóreo, pelo que vai ser interposto recurso da decisão de abate das árvores. Sobre a proteção dos animais, disse que a sobrelotação do Canil Municipal se deve ao facto de acolher animais errantes, não só de Guimarães, como também de outros concelhos, acrescentando que a ampliação prevista não resolverá o problema se a prática de abandono de animais continuar a persistir, alertando para a importância da educação para a defesa do animal. Quanto às vias, disse que Guimarães era um dos concelhos que melhor enfrentou as intempéries deste inverno, referindo que as chuvas persistentes originaram problemas que só poderão ser resolvidos, juntamente com as Juntas de Freguesia, quando as condições meteorológicas o permitirem. Referiu a situação ocorrida na EN 101 que se ficou a dever a uma intervenção da EDP Gás Serviço Universal que devia ter reposto o pavimento nas condições em que estava, tendo sido notificada várias vezes para que procedesse à reparação, o que só agora veio a acontecer. Esclareceu que a Câmara Municipal dispõe de equipas de conservação e reparação que fazem um plano anual de intervenção, referindo, ainda, a aquisição de serviços nessa área e a celebração de acordos com outras entidades, tais como as Juntas de Freguesia. Finalizou, dizendo que o orçamento municipal prevê uma verba de cerca de 18 milhões de euros para intervenção em vias do Concelho; **b)** - Deu os



1.
fr

parabéns ao Vereador André Coelho Lima pela nomeação como Vice-Presidente do Partido Social Democrata, desejando-lhe muito sucesso no desempenho das novas responsabilidades. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Da Listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 25.º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Guimarães – ano 2020, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 21 de janeiro de 2020, que concordou com a aquisição de duas parcelas de terreno com as áreas de 47 m² e 80 m², necessárias à execução da obra de Reperfilamento das ruas João Paulo II (Fermentões), Eng.º Duarte Amaral (Penselo) e Belmiro de Oliveira (União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães), propriedade de Maria Antonieta Freitas Ribeiro de Almeida Ferreira Campos de Carvalho, pelo valor total de €458,02. -----

3. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 25 de janeiro de 2020, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno, com a área aproximada de 40 m², necessária e ocupada pelo Parque de Estacionamento de Camões, propriedade de Ana Catarina Oliveira Gouveia e Carlos Diogo Andrade Oliveira Monteiro, pelo valor de €5.450,00. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 2020. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Ricardo Araújo não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS EM

MATÉRIA DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS E DE REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO DE 2020 – Presente a seguinte proposta: “Desde a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município tem aprovado, anualmente, acordos de execução, a celebrar com as Freguesias, ao abrigo do n.º 1 do art.º 133.º, para transferir competências que, nos termos do art.º 132.º do mesmo diploma legal, se consideravam delegadas nas juntas de freguesia, nomeadamente as referidas em epígrafe, que até à entrada em vigor daquela lei pertenciam às câmaras municipais. Entretanto, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, veio revogar expressamente os art.ºs 132.º a 136.º da referida Lei n.º 75/2013, conforme prevê o n.º 1 do seu art.º 41.º, salvaguardando apenas a manutenção dos acordos de execução celebrados ao seu abrigo previamente à entrada em vigor da presente lei (n.º 2 do mesmo artigo). Entretanto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, diploma que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. O procedimento de transferência de recursos dos municípios para as freguesias previsto neste diploma legal ainda se encontra em curso, no entanto as necessidades das freguesias, em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, mantém-se e é necessário assegurar que essas competências continuem a ser assumidas como tem ocorrido até à presente data. Considerando a importância de uma prestação de serviços orientada pela qualidade e eficiência e configurada na ótica dos principais utilizadores



1.

– cidadãos, empresas e instituições, bem como a necessária consolidação de um trabalho em rede entre a Câmara Municipal e as Freguesias, norteado pela preocupação em servir os Municípios com um maior grau de eficiência nas diversas áreas de atuação, justifica-se a manutenção daquelas competências nas Freguesias. Assim, propõe-se transferir, desde já, as competências em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, propõe-se, nos termos da alínea k), nº 1, do art.º 25.º, da alínea m), do n.º 1, do art.º 33º, alínea g), do n.º 1, do art.º 9.º e alínea i), do n.º 1, do art.º 16.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetendo-se à aprovação da Câmara Municipal, para ulterior submissão à Assembleia Municipal, a transferência, para o ano civil de 2020, das referidas competências e respetivas verbas para as 48 Freguesias do Concelho, conforme discriminado no mapa em anexo (**Doc. 1**), cujo valor anual atinge o montante global de €600.000,00 (Seiscentos mil euros), celebrando-se, para o efeito, o respetivo instrumento contratual.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – INVENTÁRIO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES
- REGULARIZAÇÃO DE PROCESSOS RELATIVOS A OBRAS REALIZADAS NA REDE VIÁRIA DA COMPETÊNCIA DAS FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A FREGUESIAS – Presente a seguinte proposta: “As ferramentas informáticas disponíveis nos serviços municipais permitem agora uma rigorosa classificação das obras, definindo a entidade responsável pela gestão das diversas vias do concelho. No âmbito do trabalho desenvolvido ao nível do inventário patrimonial do Município de Guimarães verificou-se

um conjunto de obras realizadas na rede viária pública, ao abrigo de contratos de empreitada, de delegação de competências e por administração direta, quando, efetivamente, as vias em causa são da competência das respetivas Freguesias, por se tratarem de caminhos vicinais, e, como tal, da competência destas. Encontram-se na situação referida as vias identificadas no mapa anexo (**Anexo 1**), que são então da competência das Freguesias, pelo que a sua realização, tal como ocorreu, configura uma forma de apoio àquelas autarquias locais. Neste sentido, e tendo em vista a regularização dos processos, para que contabilisticamente seja refletida a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras e sejam corrigidos os respetivos registos no inventário patrimonial do Município de Guimarães, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os apoios constantes do referido mapa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA REFORÇO DO APOIO OPERACIONAL NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO BÁSICO – Presente a seguinte proposta: “Como é do conhecimento, a Câmara Municipal, tendo vindo a celebrar com algumas Juntas de Freguesia um contrato interadministrativo de delegação de competências para reforço do apoio e acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais, no sentido de serem criadas condições nos estabelecimentos de educação e ensino básico que promovam, numa ótica de inclusão e igualdade de acesso, a integração daqueles alunos nas



turmas de ensino regular. Pese embora a Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, tenha introduzido para efeitos de apuramento do número total de alunos por estabelecimento de ensino com necessidades educativas especiais uma majoração de 1,5 em todos os ciclos de ensino, tal não se traduziu num aumento do número de trabalhadores a afetar. Por outro lado, a implementação do Projeto Educativo Municipal ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, designadamente a assunção da gestão das atividades de animação e apoio à família e mais recentemente a oferta do *Programa Pausas com Inclusão* para os alunos integrados nos *Centros de Apoio à Aprendizagem*, com objetivo de contribuir com soluções facilitadoras da inclusão e que respondam às preocupações legítimas dos encarregados de educação no que concerne à inexistência de apoios nos períodos de interrupção letiva e mês de julho, implicou que a questão de reforço em apoio operacional assumisse particular relevância. Em face do exposto, e tendo em atenção que no centro da atividade da escola estão o currículo e as aprendizagens dos alunos e que para a sua concretização é necessário, por um lado, reconhecer a diversidade e a diferença e, por outro, mobilizar os meios e garantir os recursos para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa, proponho, de modo a reforçar o acompanhamento e vigilância destas crianças e jovens durante a sua permanência nos estabelecimentos de educação, nos termos da alínea I), do número 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de contrato de delegação de competências com as freguesias, conforme minutas (**Doc. 1 e Doc. 2**) em anexo. Para efeitos da prossecução das competências anteriormente enunciadas, será concedida uma verba às freguesias, em conformidade com o mapa em anexo (**Doc. 3**), a transferir mensalmente." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR**

**UNANIMIDADE, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. --
FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS – CONTINUIDADE DO PROJETO
“CONSIGO: EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE
PROXIMIDADE” - 13 DE MARÇO DE 2020 A 12 DE MARÇO DE 2021 –**

Presente a seguinte proposta: “Assumido o desígnio estratégico desta Câmara Municipal de proporcionar respostas de intervenção social promotoras da autonomia e do bem-estar e facilitadoras da permanência de pessoas dependentes e com incapacidades no seu domicílio e no seu meio familiar e social, tem-se apoiado a implementação do projeto “Consigo: equipamentos adaptativos e acompanhamento de proximidade”, que abrange a área territorial da Comissão Social Interfreguesias (CSIF) Sudoeste da Montanha da Penha (constituída pelas freguesias de Pinheiro e Infantas e pelas Uniões de Freguesias de Tabuadelo/S. Faustino, Serzedo/Calvos e Abação/Gêmeos). Este projeto disponibiliza um banco de produtos adaptativos, apostando em procedimentos de reciclagem e na reutilização de equipamentos adquiridos ou doados, e conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar, a saber, uma psicóloga clínica e da saúde, uma educadora social com especialidade na intervenção em adultos e um técnico para apoio administrativo e logístico. Após quatro anos de execução, os resultados na melhoria da qualidade de vida das pessoas com incapacidade e dos idosos em situação de vulnerabilidade e de isolamento foram evidentes. Desde a entrada em vigor do regulamento deste projeto, publicado em Diário da República a 27 de setembro de 2016, esta equipa acompanhou 124 agregados familiares e cedeu 86 equipamentos adaptativos. Acompanha ainda 113 idosos referenciados pelo programa “Guimarães 65+”, numa lógica de atendimento de proximidade, que se traduz em mais de 420 visitas domiciliárias realizadas durante o ano de 2019. De referir que a equipa reforça igualmente o corpo técnico do



L.

mu

Gabinete Local de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal, uma estrutura de atendimento de proximidade assegurada por este município desde 2009, garantindo, durante o ano transato, 624 atendimentos sociais e 449 consultas de psicologia, para além de colaborarem na dinamização de atividades no âmbito da CSIF supra identificada. Estes resultados refletem a notável proatividade da equipa e o envolvimento dos onze parceiros formais do projeto, bem como da comunidade local. Em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade e considerando o caráter inovador do projeto “Consigo: equipamentos adaptativos e acompanhamento de proximidade”, submete-se para aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade deste projeto, através da transferência, a título de subsídio, do valor de €45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021), à Junta de Freguesia de Infantas, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS – SUBSÍDIO - ANO DE 2018 – SEGUNDA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Infantas, para execução da obra de “Repavimentação da rua do Borralheiro e rede de águas pluviais”, com uma

verba no valor de €19.253,90. A Presidente da Junta da Freguesia informou não ser possível avançar com aquela obra até ao final do ano de 2019, pretendendo agora também a alteração do objeto, em substituição da rua do Borralheiro, requalificar a rua João Paulo II e a rua de Camões, até ao final de 2020. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo a aprovação da segunda revisão do contrato de atribuição de subsídio, celebrado em 12 de junho de 2018, nos termos da clausula 10ª daquele contrato, alterando-se a clausula 6ª, que passa a constar: “o presente contrato tem inicio na data da assinatura e termina em 31 dezembro de 2020”, alterando-se ainda a clausula 1ª, que passa a constar: “ o presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à Freguesia para execução de obras de requalificação na Rua João Paulo II e na rua de Camões”, bem como a transferência da correspondente verba de €19.253,90 para o ano de 2020.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS – SUBSÍDIO - ANO DE 2019 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Infantas, para execução da obra de “Repavimentação da rua do Borralheiro e rede de águas pluviais”, com uma verba no valor de €19.253,90. A Presidente da Junta da Freguesia informou não ser possível avançar com aquela obra até ao final do ano de 2019, pretendendo agora também a alteração do objeto, em substituição da rua do Borralheiro, requalificar a rua João Paulo II e a rua de Camões, até ao final de 2020. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário,



[Handwritten signature]

para posterior aprovação pelo órgão deliberativo a aprovação da primeira revisão do contrato de atribuição de subsídio, celebrado em 10 de janeiro de 2020, nos termos da cláusula 10ª daquele contrato, alterando-se a cláusula 6ª, que passa a constar: "O presente contrato tem início na data da assinatura e termina em 31 dezembro de 2020", alterando-se ainda a cláusula 1ª, que passa a constar: "o presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à Freguesia para execução de obras de requalificação na Rua João Paulo II e na rua de Camões", bem como a transferência da correspondente verba de €19.253,90 para o ano de 2020."

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CALDELAS - PROJETO "ESTE LUGAR NÃO É PARA VELHOS: ESPAÇO CONVÍVIO SÉNIOR" - 13 DE MARÇO DE 2020 A 12 DE MARÇO DE 2021 – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães tem sustentado a continuidade de vários projetos na área social, conformando-se com os objetivos plasmados na Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025) e com as orientações presentes no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo de Guimarães (2015-2020), que preveem a necessidade de diversificar e ajustar as respostas sociais às especificidades do território e dos seus cidadãos. O projeto "Este lugar não é para velhos: espaço convívio sénior", implementado pela Junta de Freguesia de Caldelas em fevereiro de 2019, visa a promoção de um envelhecimento saudável e ativo por via da dinamização de atividades de promoção do bem-estar físico, cognitivo e emocional, prevenindo a solidão e o isolamento social e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com mais de 50 anos, residentes na Vila das Taipas e proximidades. Após um ano de execução, este projeto revela já um impacto muito positivo na comunidade envolvente: 45 pessoas

inscritas com idades compreendidas entre os 50 e os 87 anos, 5 oficinas desenvolvidas semanalmente, várias visitas a espaços culturais do concelho (Casa da Memória, Biblioteca Raul Brandão, Museu Alberto Sampaio e atelier de arte Pedro Guimarães) e participação nas diversas atividades de animação organizadas pela Câmara Municipal (semana sénior, dia dos avós e carnaval intergeracional). Para o efeito, conta com a colaboração de um técnico superior a tempo parcial e com um conjunto de professores que dinamizam os vários *ateliers* desenvolvidos (música, informática, ginástica, arte, entre outros). Considerando os resultados apresentados, como reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e constatada a necessidade premente de consolidar os recursos humanos de apoio ao projeto “Este lugar não é para velhos: espaço convívio sénior”, submete-se para aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade deste projeto, através da transferência, a título de subsídio, do valor de €15.000,00 (quinze mil euros), correspondente ao período de 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021, com repartição plurianual, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CALDELAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO MERCADO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Cadelas solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das Obras de requalificação do Antigo Mercado. Para o efeito, apresentaram uma estimativa orçamental no valor total de €195.808,82 (cento e noventa e cinco mil oitocentos e oito euros e oitenta e



L.

dois), de acordo com a quantificação. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Caldelas, de uma verba no valor de €60.000,00 (sessenta mil euros), destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE RONFE - CONTINUIDADE DO PROJETO “INTERVENÇÃO LOCAL: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA” - 13 DE MARÇO DE 2020 A 12 DE MARÇO DE 2021 – Presente a seguinte proposta: “O projeto “Intervenção Local: Promoção da Qualidade de Vida”, com início na 1.ª edição do Orçamento Participativo e seguindo as orientações plasmadas no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo de Guimarães (2015-2020), tem como principais objetivos desenvolver estratégias de intervenção adequadas às necessidades e potencialidades individuais dos idosos em situação de isolamento e fragilidade, promover a participação social, proporcionar proteção e segurança, maximizar o bem-estar físico, social e mental ao longo da vida e proporcionar acompanhamento e terapia ocupacional aos idosos integrados no programa “Guimarães 65+”, na Comissão Social Interfreguesias (CSIF) do Oeste. Para o efeito, este projeto conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar, a saber, uma assistente social, uma educadora social, uma nutricionista e uma gerontóloga. Volvidos quase cinco anos de execução,

esta equipa de profissionais acompanha atualmente um total de 188 pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 85 anos, das quais 54 são idosos sinalizados pelo programa “Guimarães 65+”. Destes, 134 participam em oficinas de arte, cultura, música, nutrição, alfabetização e atividade física desenvolvidas pela Academia da Razão (Universidade Sénior), o que permite uma melhoria significativa na sua autonomia e qualidade de vida e um envelhecimento saudável e ativo, condições que retardam eventuais quadros de dependência e de demência. Este projeto privilegia um acompanhamento de proximidade, sustentado pela realização de mais de 353 visitas domiciliárias no ano de 2019, o que permite a permanência dos idosos nos seus domicílios. Os resultados deste projeto nos últimos anos refletem bem o investimento da equipa e o envolvimento significativo de inúmeros agentes locais. Considerando a sua mais-valia na garantia de uma maior qualidade de vida a esta população, submete-se para aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade do projeto “Intervenção Local: Promoção da Qualidade de Vida”, o que implica a transferência, a título de subsídio, do valor de €40.000,00 (quarenta mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021), para a Junta de Freguesia de Ronfe, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE RONFE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –
Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Ronfe solicitou a



colaboração do Município, através da cedência de autocarro, para o transporte dos idosos, no dia 12 de fevereiro, a Ponte de Lima. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do Projeto de Intervenção Local e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 21 de janeiro de 2020, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE AZURÉM - CONTINUIDADE DO PROJETO

“OFICINA DAS LETRAS” - 13 DE MARÇO DE 2020 A 12 DE MARÇO DE 2021 –

Presente a seguinte proposta: “De acordo com as orientações plasmadas no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo de Guimarães (2015-2020) que pressupõem o alargamento de respostas adequadas às necessidades e especificidades da nossa população, o projeto “Oficina das Letras”, implementado em 2017, visa promover a reeducação através do treino da expressividade oral e escrita, combatendo o analfabetismo e a iliteracia e promovendo o enriquecimento do património cultural das pessoas com mais de 45 anos, com baixa escolaridade, residentes na Comissão Social Interfreguesias (CSIF) Comunidade Solidária (que integra as freguesias de Azurém, Creixomil, Fermentões, Penselo e Silvares). Para o efeito, este projeto conta com a colaboração de um profissional da área da educação, que dinamiza um conjunto de sessões, oficinas e outras atividades. Em 2019 este projeto englobou 306 sessões nas oficinas de leitura, escrita e alfabetização e 643 horas de formação dirigidas a 96 adultos e idosos, o que permitiu a este público-alvo desenvolver

competências de leitura e de escrita. Acrescentam-se ainda as diversas oficinas recreativas e culturais desenvolvidas, nomeadamente com o Centro de Ciência Viva, a participação no projeto “Memória por Isaura”, a participação em visitas e atividades desenvolvidas pelo Laboratório da Paisagem e uma visita ao Centro de Memória de Vila do Conde. Reconhecida a importância das estratégias de estimulação cognitiva na prevenção e diminuição da incidência de problemas demenciais, submete-se para aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a continuidade do Projeto “Oficina das Letras”, que pressupõe a transferência, a título de subsídio, do valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), correspondente ao período de 12 meses (de 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021), à Junta de Freguesia de Azurém, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e arquiva-se em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE,**

APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE BRITO - CONTINUIDADE DO PROJETO

“MOVEBRITO” - 13 DE MARÇO DE 2020 A 12 DE MARÇO DE 2021 –

Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães tem sustentado a continuidade de vários projetos na área social, conformando-se com os objetivos plasmados na Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025) e com as orientações presentes no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo de Guimarães (2015-2020), que preveem a necessidade de diversificar e ajustar as respostas sociais às especificidades do território e dos seus cidadãos. O projeto “MoveBrito” tem como objetivo basilar a promoção da



41

participação social pela dinamização de atividades de promoção do bem-estar físico, cognitivo e emocional, prevenindo a solidão e o isolamento social e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com mais de 55 anos residentes na freguesia de Brito e proximidades. Atualmente integra cerca de 50 idosos em diversas atividades, nomeadamente, dança, ginástica, música e canto. Atendendo ao impacto dos resultados que têm vindo a ser alcançados e à necessidade de alocar profissionais a tempo inteiro com o intuito de responder a outras áreas de intervenção prioritária, mormente o acompanhamento dos idosos integrados no programa “Guimarães 65+”, a Junta de Freguesia de Brito pretende assumir e garantir a execução global deste projeto, promovendo o envolvimento dos diversos agentes locais. Como reconhecimento do interesse do projeto “MoveBrito” para a comunidade, submete-se para aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta da sua continuidade, o que implica a transferência, a título de subsídio, do valor de €20.000,00 (vinte mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 13 de março de 2020 a 12 de março de 2021), para a Junta de Freguesia de Brito, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL – OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO MURO NA RUA MONTE DA BOAVISTA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil solicitou

um apoio financeiro para a execução de obras de reconstrução do muro na Rua Monte da Boavista, Airão Santa Maria, apresentando para o efeito, um orçamento no valor de €6.440,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar e procedeu à análise e validação do valor do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €6.826,40 (seis mil oitocentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos), já com IVA incluído, destinado às referidas obras de reconstrução do muro, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio a realizar.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE LORDELO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO – DIVERSAS RUAS – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Lordelo solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das Obras de requalificação de diversas ruas, nomeadamente: Rua S. José, Rua Senhora da Seca, Rua da Alegria, Rua Camilo Castelo Branco, Rua Caminho Largo e a Travessa da Mimosa (ruas vicinais) e ainda na Rua de S. João (via municipal). Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €91.326,90 para as ruas vicinais e o valor de €41.987,65 para a rua Municipal, já com IVA incluído, de acordo com a



quantificação. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Lordelo: a) De uma verba por subsídio, no valor de €91.326,90 (noventa e um mil trezentos e vinte e seis euros e noventa cêntimos), destinada às obras nas ruas vicinais acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro; b) De uma verba, por delegação de competência, no valor de €41.987,65 (quarenta e um mil novecentos e oitenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos), destinada às obras acima identificadas na rua de S. João (Municipal), ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, as verbas em apreço serão pagas mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de subsídio e de Delegação de Competências a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE – SUBSÍDIO – ANO DE 2019 –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Ponte, para execução da obra de “Requalificação da Travessa do Talho; Rua e Travessa da Boavista; Obras no edifício da sede de Junta (requalificação de salas da Universidade Sénior); 1ª fase de construção da Horta pedagógica (junto 2ª fase parque industrial)”, com uma verba no valor de €39.460,30. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir a

totalidade das obras acima identificadas durante o ano de 2019, pretendendo executar as obras no edifício da sede da Junta de Freguesia, nomeadamente o telhado, pintura e colocação de capoto, até ao final do ano de 2020, tendo sido elaborados os autos de medição referentes aos trabalhos executados em 2019, no valor de €14.193,40 e de €5.524,78. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação da primeira revisão do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 30 de maio de 2019, nos termos da cláusula 10ª daquele Contrato, alterando-se a cláusula 6ª, nomeadamente: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2020”, bem como a transferência da correspondente verba de €19.742,12 para o ano de 2020.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE,**

APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO – AVENIDA DOS TOJAIS E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE LAZER - PROJETOS, OBRAS, AQUISIÇÃO DE TERRENOS E EQUIPAMENTOS –

Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Ponte solicitou apoio financeiro desta Câmara Municipal para a realização: **a)** do projeto (incluindo levantamentos topográficos) para a Avenida Tojais/Igreja, com estimativa orçamental do valor de €21.180,00 (já com iva), sendo esta da competência do Município no âmbito da ARU, deverá este apoio ser por delegação de competências; **b)** para a conclusão da empreitada de construção do parque Lazer inclusivo no parque Industrial de Ponte (onde se inclui equipamentos fitness, infantil, mobiliário urbano, luminárias e bebedouros) com estimativa orçamental no valor de €25.000,00 (já com iva), por subsídio; **c)** aquisição de terrenos para ampliação do parque lazer de Ponte com estimativa do valor de €25.014,70, por subsídio; **d)** Início empreitada (limpezas terreno e movimentação terras), realização



L.
m

levantamento topográfico, estudo prévio e projeto para a ecovia junto rio ave, com estimativa no valor de €4.985,30. O que perfaz o valor total de €76.180,00 (já com iva incluído), por subsídio. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Ponte: a) - De uma verba por subsídio, no valor de €55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros), destinada aos investimentos melhor discriminados a supra nas alíneas b), c) e d), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro; b) De uma verba, por delegação de competência, no valor de €21.180,00 (vinte e um mil cento e oitenta euros), destinada ao projeto acima identificado na alínea a), relativa à Avenida do Tojal/Igreja, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição e apresentação das respetivas faturas/recibos, nos termos e condições constantes das minutas dos Contratos de Atribuição de subsídio e de delegação de competências a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO SÃO SALVADOR E GONDOMAR – DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO – REQUALIFICAÇÃO DA RUA 24 JUNHO E DA RUA DA SAUDADE – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar solicitou um apoio financeiro para a realização de obras de requalificação da rua 24 de junho (antiga EN 309, agora municipal) em Souto São Salvador e rua da Saudade em Souto Santa Maria (vicinal). Para o efeito, apresentaram orçamento, tendo o mesmo sido validado,

quanto aos valores, pelo Departamento de Obras Municipais, estimando-se uma despesa no valor total de €129.358,27 para a rua da saudade (vicinal) e o valor de €28.617,66 para a rua 24 junho (Municipal), valores já com IVA incluído, de acordo com a quantificação. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar: a) De uma verba por subsídio, no valor de €129.358,27 (cento e vinte e nove mil trezentos e cinquenta e oito euros e vinte e sete cêntimos), destinada às obras na rua da Saudade, em Souto Santa Maria, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro; De uma verba, por delegação de competência, no valor de €28.617,66 (vinte e oito mil seiscientos e dezassete euros e sessenta e seis cêntimos), destinada às obras na rua 24 junho, em Souto São Salvador, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, as verbas em apreço serão pagas mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de subsídio e de Delegação de Competências a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE GONÇA – SUBSÍDIO – ANO DE 2018 –

Presente a seguinte proposta: “À Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Gonça, para aquisição do “Projeto de Requalificação do complexo



L1.

desportivo do Atlético Clube de Gonça e construção de muro de suporte da rua Francisco Ferreira”, com uma verba no valor de €17.227,72. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir o projeto e a obra acima identificados durante o ano de 2019, pretendendo agora, em substituição, pavimentar a rua 10 de junho, até ao final do ano de 2020. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, propondo-se que, nos termos do disposto na alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a atribuição de uma verba à Freguesia de Gonça, no valor de €17.227,72, destinado à obra de pavimentação da rua 10 de junho, até ao final do ano de 2020, mediante a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A referida verba será paga mediante auto de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE GONÇA – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão de 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Gonça, para execução da obra de “construção de passeios e rede águas pluviais na rua 10 de Junho”, com uma verba no valor de €17.227,72. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível executar a obra acima identificada durante o ano de 2019, pretendendo concluí-la até ao final do ano de 2020. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de um Contrato de

Delegação de Competências, com uma verba no valor de €17.227,72, para a construção de passeios e rede águas pluviais na rua 10 de Junho, até ao final do ano de 2020, ao abrigo do disposto na alínea k) do nº 1 do art.º 25.º e da alínea m) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A referida verba será paga mediante auto de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE GUARDIZELA – SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO – O Presidente da Câmara solicitou que este assunto não fosse apreciado, para ulterior reformulação da proposta, pelo que o assunto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – SUBSÍDIO – ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Atães e Rendufe, para execução da obra de “Alargamento do Cemitério de Atães; e construção do parque de estacionamento e muro em São Cosme Atães”, com uma verba no valor de €33.407,68. Em novembro de 2019, o Presidente da Junta da Freguesia solicitou a alteração do objeto do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 13 de maio de 2019, de forma a incluir as obras na Travessa do Terço, em Rendufe, tendo sido aprovada a primeira revisão àquele contrato pela Câmara Municipal em 25 de novembro de 2019, faltando ainda a aprovação da Assembleia Municipal. O Presidente da Junta da Freguesia informou agora não ter sido possível concluir as obras acima identificadas durante o ano de 2019, pretendendo concluí-las até ao final do ano de 2020. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e



1.

do órgão deliberativo a aprovação da segunda revisão do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 13 de maio de 2019, nos termos da cláusula 10ª daquele Contrato, alterando-se a cláusula 6ª, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2020". **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE S. TORCATO – SUBSÍDIO – ANO DE 2019 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de S. Torcato, para execução da obra de "Requalificação da rua de Sobredo e rua dos Poços", com uma verba no valor de €34.402,08. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir a totalidade das obras acima identificadas durante o ano de 2019, pretendendo agora requalificar a rua de Mogege e de Real, em substituição da rua dos Poços, até ao final do ano de 2020, tendo sido elaborado o auto de medição referente aos trabalhos executados na rua de Sobredo, em 2019, no valor de €16.958,91. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação da primeira revisão do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 14 de maio de 2019, nos termos da cláusula 10ª daquele Contrato, alterando-se a cláusula 1ª, nomeadamente "O presente contrato tem por objeto a atribuição de um apoio à Freguesia destinado à execução da obra de "Requalificação da rua de Sobredo, rua de Mogege e rua de Real", e a cláusula 6ª, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2020", bem como a transferência da correspondente verba de €17.443,17 para o ano de 2020."

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CREIXOMIL – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte

proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 27 de abril de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de Delegação de Competências com a Freguesia de Creixomil, para execução da obra de “Pavimentação da rua de S. Miguel, travessa do Paço e rua do Robalo”, com uma verba no valor de €24.800,00. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir a totalidade das obras acima identificadas, tendo sido elaborado o auto de medição referente aos trabalhos executados na Travessa do Paço, em 2017, no valor de €9.342,17, pretendendo concluir as restantes obras até ao final do ano de 2020. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação de uma revisão ao Contrato de Delegação de Competências, celebrado em 8 de agosto de 2017, nos termos da cláusula 11ª daquele Contrato, alterando-se a cláusula 7ª da seguinte forma: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2020”, bem como a transferência da correspondente verba de €15.427,83 para o ano de 2020.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CREIXOMIL – SUBSÍDIO – ANO DE 2017 –

PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 27 de abril de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 26 de maio de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Creixomil, para execução da obra de



1.

“Construção de um edifício destinado a armazém de apoio à Junta de Freguesia”, com uma verba no valor de €22.829,42. O Presidente da Junta da Freguesia veio informar não ter sido possível executar a obra acima identificada no ano 2017, solicitando autorização para a sua execução durante o ano 2020. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação de uma revisão ao Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 7 de agosto de 2017, nos termos da cláusula 9ª daquele Contrato, alterando-se a cláusula 5ª da seguinte forma: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2020”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CREIXOMIL – SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – SEGUNDA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Creixomil, para execução da obra de “Construção de um edifício destinado a armazém de apoio à Junta de Freguesia”, com uma verba no valor de €47.629,42. Em janeiro de 2019, o Presidente da Junta da Freguesia solicitou a alteração do prazo do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 18 de maio de 2018, tendo sido aprovada a primeira revisão àquele contrato pela Câmara Municipal em 31 de janeiro de 2019, e pela Assembleia Municipal em 22 de fevereiro de 2019. O Presidente da Junta da Freguesia informou agora não ter sido possível executar a obra acima identificada durante o ano de 2019, pretendendo concluí-la até ao final do ano de 2020. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação da segunda revisão do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 18

de maio de 2018, nos termos da cláusula 10ª daquele Contrato, alterando-se a cláusula 6ª, nomeadamente: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2020”.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CREIXOMIL – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Creixomil, para execução da obra de “Requalificação da rua da Guiné e rua Mouzinho de Albuquerque”, com uma verba no valor de €47.629,42. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível executar a obra acima identificada durante o ano de 2019, pretendendo agora requalificar e contruir passeios no Bairro Manuel Machado, até ao final do ano de 2020, em substituição da requalificação das ruas da Guiné e Mouzinho de Albuquerque. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação da alteração do mapa anexo às deliberações acima identificadas, no que respeita à Freguesia de Creixomil, bem como a aprovação da celebração de um Contrato de Delegação de Competências, com uma verba no valor de €47.629,42, para execução da obra de requalificação e construção de passeios no Bairro Manuel Machado, ao abrigo do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25.º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E



CORVITE – SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – SEGUNDA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão de 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Prazins Santo Tirso e Corvite, para execução da obra de “Alargamento e construção de muros e vias pedonais na rua Nossa Senhora da Conceição”, com uma verba no valor de €16.559,19. Em janeiro de 2019, o Presidente da Junta da Freguesia solicitou a alteração do prazo do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 8 de maio de 2018, tendo sido aprovada a primeira revisão àquele contrato, pela Câmara Municipal em 31 de janeiro de 2019, e pela Assembleia Municipal em 22 de fevereiro de 2019. O Presidente da Junta da Freguesia informou agora não ter sido possível concluir as obras acima identificadas durante o ano de 2019, pretendendo concluí-las até ao final do ano de 2020. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação da segunda revisão do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 8 de maio de 2018, nos termos da cláusula 10ª daquele Contrato, alterando-se a cláusula 6ª, nomeadamente: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2020”.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIA DE SERZEDO E CALVOS – SUBSÍDIO – ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão de 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Serzedo e Calvos, para execução da obra de “Pavimentação/beneficiação do piso da rua das Agras, do Ribeiro Novo, do Salgueiral e travessa de S.

Sebastião (em Serzedo); e rua Souto da Bouça (em Calvos)”, com uma verba no valor de €18.295,94. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir as obras acima identificadas durante o ano de 2019, pretendendo ainda pavimentar a rua de Nossa Senhora de Fátima e o parque de estacionamento da sede da Junta de Freguesia em Calvos, até ao final do ano de 2020. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação da alteração do mapa anexo às deliberações acima identificadas, no que respeita à Freguesia de Serzedo e Calvos, bem como a aprovação da celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio, com uma verba no valor de €18.295,94, para execução da obra de Pavimentação/beneficiação do piso da rua das Agradas, do Ribeiro Novo, do Salgueiral e travessa de S. Sebastião (em Serzedo); e rua Souto da Bouça, rua de Nossa Senhora de Fátima e parque de estacionamento da sede da Junta de Freguesia (em Calvos), ao abrigo do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE, NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte informação: “O Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, no Município de Guimarães foi aprovado por deliberação de Câmara de 07 de março de 2013, sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 18 de março de 2013. O Município de Guimarães, atento à crescente vontade de expressão artísticas em espaço público, e da necessidade de dinamização regular e permanente das principais ruas do Centro da Cidade, constitui-se como facilitador dessa dinâmica alterando o presente regulamento. Acresce ao exposto a responsabilidade de conciliar a preservação e dinâmica do Centro Histórico



11.

me

Património Cultural da UNESCO, a vitalidade de uma cidade que foi Capital Europeia da Cultura em 2012, e continuar a reforçar o apoio à criação artística contemporânea. Assim, são criados um conjunto de regras de licenciamento mais ágeis, que potenciem o aparecimento mais regular de artistas nas mais movimentadas artérias da cidade. Num concelho que ostenta, em salas, programação contemporânea de elevado patamar de exigência, atividades culturais e de entretenimento em espaço público, este surge como um passo decisivo da aproximação do talento ao quotidiano da cidade, assumindo a rua como incubadora artística e o espaço público como corpo uno entre edificado classificado e a dinâmica quotidiana da vivência urbana. Assim, é reconhecida a importância do contributo da Animação de Rua para a vida cultural, social e económica do concelho, bem como reconhece a necessidade da existência de um conjunto de regras que visa essa animação, os locais, os horários e o som provocado. As normas agora introduzidas no Regulamento, com o novo Capítulo VI do Anexo I, aplicam-se à ocupação do espaço público para efeitos de animação de rua, tendo como objetivo a preservação do espaço público como um lugar de convivência, cultura fomentando a arte o entretenimento, apoiar valores artísticos, salvaguardando a livre circulação, o descanso e o pleno respeito pelo espaço público. Entretanto, aproveitou-se, ainda, para fazer pequenas alterações no que respeita à atualização da lei habilitante, constante do art.º 1.º do Regulamento, e a normas de ocupação da via pública com mobiliário urbano. Desde logo, prevê-se a possibilidade de se proceder à remoção temporária ou definitiva desse mobiliário em situações de realização de eventos de manifesto interesse público ou por questões de segurança, de livre circulação de pessoas e de acesso a veículos de emergência e socorro. Por fim, introduziram-se dois novos artigos sobre a regulamentação do funcionamento dos quiosques. A Câmara Municipal de

Guimarães deliberou, em sua reunião de 12 de setembro de 2019, dar início ao procedimento tendente à aprovação da alteração do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito, nenhum interessado se apresentou no processo nem foram submetidos contributos para a elaboração do Regulamento, pelo que se propõe que seja dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA. Entende-se que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque se trata apenas, como se disse, de adequar o Regulamento já existente à atual realidade, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea a) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, submete-se à consideração superior, para envio a aprovação da Câmara Municipal: 1 - a alteração ao **REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE, NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES**; 2 – a **ISENÇÃO DE TAXAS E DEFINIÇÃO DE UMA NOVA TAXA** respeitante à ocupação do espaço público para exercício de atividades culturais e artísticas, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e e) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, e ainda do art.º 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, cujo teor integral, com a versão atualizada incluindo as alterações



L.

propostas, consta do documento em anexo (**doc. 2) - 1 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE, NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - Artigo 1.º - Lei habilitante** - O presente regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do disposto al.s k) e e) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, da Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961, da Lei n.º 34/2015, de 27 de Abril, e do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, todos na sua atual redação. (...) **Artigo 8.º - Finalidades admissíveis** (...) 10. Quando imperativos de reordenamento do espaço público, designadamente a aprovação de planos municipais de ordenamento do território, de execução de obras ou eventos de manifesto interesse público, o justifiquem, poderá ser ordenada pela Câmara Municipal a remoção, temporária ou definitiva, de equipamentos urbanos ou mobiliário urbano, ou a sua transferência para outro local conveniente a indicar pelos serviços municipais responsáveis. **Artigo 31.º - Afixação ilícita de publicidade e ocupação abusiva do espaço público** - 1. A Câmara Municipal pode ordenar a remoção definitiva ou temporária da publicidade, suporte ou mobiliário urbano e a cessação da utilização e ou ocupação do espaço público, quando: (...) e) por questões de segurança, de livre circulação de pessoas e de acesso a veículos de emergência e socorro. **ANEXO I - Critérios a observar na ocupação do espaço público e na afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial** (...) **Artigo 20.º - Condições de instalação e manutenção de um quiosque** (...) 5. Os quiosques apenas poderão comercializar os produtos constantes da licença emitida pela Câmara Municipal aquando do ato de concessão da ocupação do domínio público com este mobiliário urbano. 6. *redação do anterior n.º 5*. 7. *redação do anterior n.º 6*. 8. *redação do anterior n.º 7*. 9. *redação do anterior n.º 8*.

Artigo 20.º - A – Caducidade - 1. O direito de ocupação de via pública com um quiosque caduca: a) Por morte do respetivo titular. b) Por renúncia voluntária do seu titular. c) Por falta de pagamento, no prazo devido das taxas previstas, no prazo de 60 dias, mais de duas vezes consecutivas ou três interpoladas. d) Quando o titular, ceder a terceiros, a qualquer título e sem a respetiva autorização, a ocupação ou a exploração do lugar de venda.

2. A não renovação da licença anual de ocupação de via pública determina a extinção do direito de ocupação do quiosque. **Artigo 20.º - B - Dever da**

Assiduidade – 1. A não abertura injustificada por um período de 60 dias, consecutivos ou interpolados, por ano civil, é considerado abandono e determina a extinção do direito de ocupação. 2. Poderá ser considerada

justificação para a não abertura do quiosque: a) Por doença do titular, devidamente comprovada através de atestado médico, entregue no prazo máximo de 5 dias úteis. b) Por férias do titular, no máximo de 60 dias, devendo o interessado apresentar, para o efeito, comunicação com a antecedência mínima de 30 dias. c) Outras situações, devidamente analisadas caso a caso. **CAPÍTULO VI OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS - Artigo 56.º -

Ocupação de carácter cultural (Animação de Rua) – 1. O presente Capítulo define as regras de ocupação do espaço público para efeitos de Animação de Rua. 2. Excetuam-se do disposto no número anterior as atividades de animação de rua promovidas pela Câmara Municipal de Guimarães, pelas empresas municipais e pelas régies Cooperativas. **Artigo 57.º - Atividades** –

1. Para efeitos de ocupação do espaço público para exercício de atividades culturais e artísticas, entendida como animação de rua, são consideradas atividades de rua aquelas que proporcionem entretenimento como: a) Cantar, recitar, dançar, representar e tocar instrumentos musicais; b) Homem-estátua, mimo, manipulação de marionetas e atividades de índole



1.

circense; c) Artes plásticas e desenho/pintura; d) Outros verificados caso a caso; 2. Não são consideradas animações de rua as atividades, entre outras, de comércio, de angariação de fundos, de propaganda política, religiosa ou de outra índole, de *tarot*, de leitura na mão, de massagens ou qualquer outro tipo de manipulação física, de prospeção de mercado, de recolha de elementos para fins estatísticos, rastreios diversos, ou o ato de mendigar. a) Não é permitida a comercialização de artigos ou serviços, nem a sua exposição com intuito comercial, durante a atuação, a não ser que seja produção ou fabrico prévio ou durante a atuação, pelo próprio animador.

Artigo 58.º - Autorizações - Para obter a devida autorização, deverá o animador preencher um formulário de requisição disponível no website do Município de Guimarães, em www.cm-guimaraes.pt, com 10 dias de antecedência sobre a data da atuação, e escolher uma das seguintes autorizações: a) animação com duração até ao máximo de 3 dias; i. a animação de rua até 3 dias está isenta de taxas. ii. esta licença só pode ser emitida uma vez por mês. b) animação com duração até 30 dias. i. a animação de rua até 30 dias implica o pagamento de uma taxa. ii. pode ser renovada por iguais períodos até 5 dias antes do término e se existir disponibilidade do espaço. 1. O preenchimento do formulário anterior deve mencionar, ainda, memória descritiva da experiência comprovada na atividade a desenvolver através de fotografias, maquete, portfólio, reportório, alinhamento ou outros que considere relevantes. 2. O preenchimento do formulário referido na alínea anterior implica a concordância com as regras gerais de conduta do animador de rua que deverão ser respeitadas, obrigatoriamente, sob pena da autorização ser vedada, suspensa ou cessada, conforme as circunstâncias. 3. Os animadores de rua terão uma identificação própria fornecida pela Câmara Municipal de Guimarães. 4. Cada animador deverá ter a sua própria autorização. 5. A

ocupação do espaço público só poderá ocorrer após a emissão da respectiva licença. 6. Por motivos de força maior, ou nos casos em que se verifique a necessidade de se proceder a operações de manutenção do espaço, ou outros pode ser suspensa a licença, pelo período de tempo estritamente necessário, sem que assista qualquer tipo de direito à indenização. **Artigo 59.º - Espaços** – 1. O animador identifica, no seu requerimento, o espaço que pretende ocupar dentro dos limites do concelho. 2. Em face do pedido os serviços municipais verificam: a) a disponibilidade do espaço; b) o enquadramento do pedido para o espaço pretendido, podendo propor espaços alternativos. 2. A atividade do animador não deve decorrer em simultâneo, ou prejudicar, outras atividades ou eventos de iniciativa municipal. 3. O espaço a ocupar não pode exceder a área de 3 m², por indivíduo; **Artigo 60.º - Obrigações dos animadores de rua** – 1. Garantir acesso pedestre: a) É também da responsabilidade do animador garantir que o acesso a estabelecimentos, durante o seu horário de funcionamento, o acesso a paragens de transportes públicos, saídas de emergência, estradas e residências não esteja de forma alguma obstruído ou limitado; b) O animador deve direccionar o público de forma a respeitar o referido anteriormente; c) Em qualquer altura poderá ser solicitado ao animador, por parte das autoridades ou cidadãos em geral, que se desloque para outra localização durante o período de obras particulares, emergências, eventos, entre outros. 2. Responsabilidade pública: O animador é inteiramente responsável por todas as queixas e reclamações efetuadas contra eles, relativamente a danos pessoais e ou materiais, não sendo o Município imputável por qualquer acontecimento. 3. Segurança: O animador é responsável por qualquer impacto que a sua atuação possa ter nas várias atividades, quotidianas ou não, do Município. Desta forma, o animador deve garantir que nem ele nem a população em geral se encontram em situação



U.

de risco em momento algum da atuação. 4. Animais: Não é permitida a utilização de animais para efeitos de animação de rua. 5. Limpeza: O animador é responsável pela limpeza do espaço durante e após a atuação. 7. Atuações de grupo: a) As atuações estão limitadas a 10 elementos, salvo raras exceções que serão analisadas individualmente; 8. Visualização da autorização: O animador deve ter visível a sua autorização, e estar na posse deste em qualquer atividade relacionada com a atuação. 9. Duração da atuação: As atuações não devem prolongar-se por mais de 2 horas seguidas, devendo respeitar um intervalo correspondente a esse período. **Artigo 61.º**

- Produção de ruído - 1. É da responsabilidade do animador que o som provocado pela sua atuação se mantenha a um nível não considerado intrusivo. a) O nível sonoro da atuação não deve perturbar qualquer tipo de comércio, restauração, ou a qualidade de vida do cidadão em geral; b) O Município de Guimarães é livre para solicitar a redução do volume de som, ou solicitar mesmo a não amplificação do mesmo. 2. As animações deverão decorrer durante o dia, no horário entre as 10h00 e as 19h00. a) Poderão ser autorizadas animações de rua noturnas, ponderado caso a caso, desde que emitida a respetiva licença especial do ruído, e o respetivo cumprimento do Regulamento Geral do Ruído, até ao máximo de 3 dias consecutivos. **2 - ISENÇÃO DE TAXAS E DEFINIÇÃO DE UMA NOVA TAXA RESPEITANTE À OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS** - No âmbito das alterações ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, no Município De Guimarães prevê-se, no novo art.º 58.º do Anexo I a possibilidade de as autorizações para animação de rua serem divididas em duas situações: a animação com duração até ao máximo de 3 dias e a animação com duração até 30 dias. Quanto à primeira, prevê-se a isenção do pagamento de qualquer taxa associada a essa autorização uma vez que o Município de

Guimarães reconhece a importância do contributo da Animação de Rua para a vida cultural, social e económica do concelho, e pretende potenciar o seu aparecimento mais regular, de forma a dinamizar a atividade comercial. Desta forma, a Animação de Rua poderá fazer a diferença, por isso pretende-se dar condições aos artistas para que possam divulgar o seu trabalho, pelo que as pequenas intervenções ocasionais de rua, até 3 dias, **devem ser isentas de qualquer taxa.** Relativamente à animação de rua com duração até 30 dias entende-se definir uma **taxa simbólica** de **1,00€, por dia**, dado que a ocupação tem um carácter mais permanente, e tornará aquele local indisponível para outros pedidos de licenciamento, naquele período, mantendo-se a justificação anterior quanto à importância destas atividades.” O Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, no Município de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONCURSO PÚBLICO N.º 8-19 - AQUISIÇÃO DE BENS – GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - RETIFICAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação: “No âmbito da abertura do procedimento por concurso público n.º 8/19 para a aquisição de bens - Gasóleo rodoviário a granel, foram aprovadas pela Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão de 27 de setembro de 2019, as seguintes despesas plurianuais: **Ano 2019 (dezembro)** - €56.000,00+ IVA; **Ano 2020 (janeiro a dezembro)** - €672.000,00+IVA; **Ano 2021 (janeiro a dezembro)** - €672.000,00+IVA. No entanto, devido a atrasos ocorridos no procedimento concursal (concurso público n.º 8/19), a aprovação da proposta de adjudicação ocorreu na reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2019, tendo de ser alterada a repartição de encargos em relação ao que foi aprovado, uma vez que já não se irá verificar despesa no mês de



1..

[Handwritten signature]

dezembro de 2019. Atendendo, ainda, ao facto de o procedimento estar sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e o contrato não poder produzir quaisquer efeitos sem a obtenção do visto, estima-se que o fornecimento apenas se inicie em 2020. Assim, na sessão realizada em 18 de dezembro a Assembleia Municipal aprovou a retificação da repartição de encargos, até um valor máximo de €976.000,00 (novecentos e setenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da seguinte forma: **Ano 2020 (janeiro a dezembro) - €488.000,00+ IVA; Ano 2021 (janeiro a dezembro) - €488.000,00+IVA.** Uma vez que a adjudicação caducou por falta de apresentação dos documentos de habilitação, a aprovação da proposta de adjudicação ao concorrente classificado em segundo lugar “Ilídio Mota – Petróleos e Derivados, Unipessoal, Lda.”, pelo preço contratual de €991.100,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%), que será agendada para a reunião de Câmara de 10 de fevereiro, obriga uma vez mais à alteração da repartição de encargos, uma vez que já não se irá verificar despesa nos meses de janeiro a abril de 2020. Submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a retificação da repartição de encargos, até um valor máximo de €991.100,00 (novecentos e noventa e cem euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da seguinte forma: **Ano 2020 (maio a dezembro) – €317.152,00+IVA; Ano 2021 (janeiro a dezembro) - €475.728,00+IVA; Ano 2022 (janeiro a abril) - €198.220,00+IVA. À consideração superior.”**
DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----
PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONCURSO PÚBLICO N.º 8-19 - AQUISIÇÃO DE BENS – GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - DECLARAÇÃO DA CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO AO SEGUNDO CLASSIFICADO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente a

seguinte informação: “Por deliberação da Câmara Municipal datada de 09/12/2019, foi adjudicada a aquisição de bens em epígrafe, à empresa “Gaspe – Combustíveis, Lda.”, pelo preço contratual de €976.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%). Em 11/12/2019 o adjudicatário foi notificado, através da plataforma de contratação pública, acinGOV, para entregar os documentos de habilitação exigidos no ponto 19 do programa de concurso, bem como prestar a caução, ponto 20 do programa de concurso, no prazo de 10 dias úteis. No decurso do prazo para apresentação destes documentos, que terminou a 26/12/2019, o adjudicatário não apresentou os documentos de habilitação, nem prestou caução. Assim, nos termos do n.º 2 artigo 86.º do CCP, foi concebido o prazo de 2 dias úteis, para que o adjudicatário se pronunciasse sobre a intenção desta Câmara Municipal declarar a caducidade da adjudicação. Dentro do prazo que lhe foi concedido o adjudicatário apresentou justificação do não cumprimento do prazo, no qual não se consegue inferir quais as reais intenções do adjudicatário, uma vez que, para além de não se compreender o pretendido, o adjudicatário não solicitou novo prazo, nem apresentou os documentos de habilitação em falta. Face ao exposto, nos termos do n.º 1 artigo 86.º do CCP a adjudicação caduca, pelo que, conforme disposto no n.º 4 do supra referido artigo 86.º, propõe-se que esta aquisição de bens seja adjudicada ao concorrente “Ilídio Mota – Petróleos e Derivados, Unipessoal, Lda.”, pelo preço contratual de €991.100,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%), que apresenta a proposta ordenada em lugar subsequente. Propõe-se ainda, para aprovação, a minuta do contrato (em anexo), elaborada pelos Serviços de Contratos Públicos. Mais se informa que este procedimento teve o cabimento n.º 711/20 datado de 27/01/2020. À consideração superior.” A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR**



1.

mu

POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL – Presente a seguinte proposta: “Atendendo a algumas alterações ocorridas após a aprovação do mapa de pessoal para 2020, que resultam, designadamente, de processos de recrutamento e designação de dirigentes, torna-se necessário proceder a algumas alterações pontuais naquele documento, para o que se propõe que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a al. o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a **alteração do mapa de pessoal** em vigor para o ano de 2020, nos termos do quadro anexo.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

RECURSOS HUMANOS – COOPERATIVA FRATERNA - AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO – REVOGAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “O subsídio municipal atribuído à Cooperativa FRATERNA para 2020, no valor de €485.000,00, está previsto no contrato-programa celebrado em 06/12/2019, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 15/11/2019, sob proposta da Câmara Municipal de 31/10/2019. Nos termos do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, aplicável por força do artigo 58.º, n.º 3, e tendo em atenção o n.º 1 do art.º 19º, ambos do mesmo diploma, qualquer subsídio a atribuir pelo Município àquela Cooperativa obriga à celebração de um contrato-programa, o que, neste caso, implicaria a alteração do contrato-programa vigente, cuja aprovação está sujeita a deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal e ulterior submissão a fiscalização prévia do Tribunal

de Contas. Ora, o objeto da deliberação aprovada na reunião de Câmara de 27 de janeiro último (assunção, pelo Município, de trabalho extraordinário realizado por funcionário da Autarquia no montante estimado de €17,24) não se afigura motivo bastante para justificar uma alteração do aludido contrato programa, pelo que proponho a revogação daquela proposta, ficando a Fraterna, nestes termos, responsável pela aquisição de serviços de sonoplastia para o evento em causa.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - LABORATÓRIO DA PAISAGEM – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO NOVO CONSELHO DIRETIVO –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão de 15/11/2019, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 31/10/2019, através da qual foi aprovada uma proposta contendo alterações aos Estatutos da Associação LABORATÓRIO DA PAISAGEM, cujo processo não está sujeito a fiscalização prévia, conforme transmitido pelo Tribunal de Contas através de ofício de 29/01/2020. De acordo com art.º 12º dos novos Estatutos, o Conselho Diretivo é composto por três membros, dos quais um é Presidente e os restantes Vice-Presidentes, a eleger em Assembleia Geral, de entre os sócios da associação, devendo o sócio constituinte Município de Guimarães estar representado com pelo menos dois membros. Sendo, assim, necessário indicar, para a eleição do novo Conselho Diretivo, dois representantes do Município de Guimarães, proponho, nos termos do disposto na alínea oo), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: 1 – Que, de acordo com o n.º 1 do art.º 55.º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes



11

fu

do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que sejam designados para a eleição do novo Conselho Diretivo: 2.1 – **Alice Sofia Freitas Soares Ferreira Fernandes**, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães; 2.2 – **Paulo Jorge Sousa Cruz**, Pró-Reitor Universidade do Minho.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRITÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2, com 6 votos a favor e cinco votos em branco.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – LABORATÓRIO DA PAISAGEM – CONTRATO-PROGRAMA - ALTERAÇÃO DO PRAZO DE INÍCIO DE VIGÊNCIA E APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação: “A Assembleia Municipal, em sessão de 15/11/2019, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 31/10/2019, através da qual foi aprovada uma proposta contendo alterações aos Estatutos da Associação LABORATÓRIO DA PAISAGEM e uma minuta de um contrato-programa a celebrar entre o Município e aquela Associação que previa um valor de €300.000,00 (Cláusula 8ª), pelo período de 12 meses, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Cláusula 9ª). O processo, constituído pelas alterações aos Estatutos e a minuta do Contrato-Programa, foi remetido ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia. Em resposta, veio o Tribunal de Contas transmitir, por ofício de 29/01/2020, que o ato que aprovou as alterações aos Estatutos não está sujeito a fiscalização prévia, devendo, contudo, o contrato-programa, caso venha a ser outorgado, e considerando o respetivo valor, ser remetido para conhecimento deste Tribunal, conforme estabelece o art.º 47º, nº 7, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual. Considerando que o contrato-programa só pode ser outorgado após a escritura de alteração dos Estatutos, cuja data de celebração se prevê venha a ocorrer durante o mês de fevereiro, e que a minuta do contrato-programa previa o início dos seus

efeitos a 1 de janeiro de 2020, deve agora ser aprovada uma alteração a esse prazo. Por outro lado, uma vez que essa alteração de prazo está sujeita a aprovação da Assembleia Municipal (n.º 5 do referido art.º 47º), e que a próxima sessão deste Órgão Municipal está agendada para 21/02/2020, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o prazo de início de vigência do contrato-programa seja alterado para 01/03/2020, mantendo-se os 12 meses de duração, e, em consequência, seja aprovada a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2020** (março a dezembro) = €250.000,00; **Ano de 2021** (janeiro a fevereiro) = €50.000,00.” A minuta do contrato e a justificação objetiva para atribuição do subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** A Vereadora Sofia Ferreira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM A VITRUS - CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE EDIFÍCIOS INTEGRADOS NO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO. CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS. CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO – Presente a seguinte proposta: **“Considerando que: A. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES COLETIVAS:**
1. Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES**, doravante **MUNICÍPIO**, dispõe de atribuições no domínio do *Equipamento rural e urbano* (cfr. al. a), n.º 2 do artigo 23.º). 2. Para a prossecução daquelas atribuições, compete à Câmara Municipal *gerir*



L,

[Handwritten signature]

*instalações, equipamentos [...] integrados no património do município (cfr. al. ee), n.º 1 do artigo 33.º). 3. Para o exercício das competências de gestão referidas, identificam-se, desde logo, três necessidades coletivas: a limpeza de edifícios integrados no património do Município, a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e a recolha de resíduos de construção e demolição depositados ilegalmente; 4. A **VITRUS AMBIENTE, E.M., S.A.**, designada abreviadamente por **VITRUS**, é uma empresa local de âmbito municipal, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída por deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães e votada à prossecução de objetivos de gestão de serviços de interesse geral do município de Guimarães, conforme definido nos seus **ESTATUTOS**. 5. Nos últimos anos, a **VITRUS** tem vindo a assegurar, de forma eficaz, a prestação dos serviços de limpeza de edifícios integrados no património do Município de Guimarães, através de um contrato de prestação de serviços, celebrado ao abrigo do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, na redação que lhe era conferida antes da sua grande revisão. 6. Entre outros meios organizativos, a **VITRUS** dispõe dos recursos humanos e patrimoniais necessários e suficientes para prestar os serviços supra identificados, conforme se demonstrará; 7. Assim como meios organizativos e suficientemente dotados em experiência, em eventuais recolhas de resíduos de construção e demolição, quando se verificam situações de deposição ilegal no território do Concelho. 8. A Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, prevê, doravante do RJAEI (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local), no seu artigo 36.º, que possam ser adjudicados, pelas entidades públicas participantes às empresas locais, aquisições de serviços, desde que as mesmas não originem a *transferência de quaisquer quantias, pelas entidades públicas participantes, para além das devidas pela prestação contratual das empresas locais a**

preços de mercado. 9. Podem considerar-se, conforme as situações, contratos internos (*in house*) ou contratos externos. 10. Os contratos de prestação de serviços de limpeza, quer de edifícios, quer de vias e espaços públicos, quer de recolha de resíduos de construção e demolição, quando se verificam situações de deposição ilegal, são onerosos e integram um dos objetos previstos no domínio da contratação pública. 11. Não obstante, na origem da criação da **VITRUS**, resultante da liberdade de auto-organização do **MUNICÍPIO**, esteve a potencial vantagem acrescida ao nível da melhoria dos serviços prestados, quer em termos de eficiência, quer ao nível da rapidez das intervenções requeridas, assim como o aumento da produtividade, com reflexos, designadamente, no preço dos serviços prestados. 12. Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do RJAE *as atividades a cargo das empresas locais ou das entidades participadas não podem ser prosseguidas pelas entidades públicas participantes na pendência da respetiva externalização e na sua exata medida*; 13. Integram o objeto social da **VITRUS** a “limpeza e lavagem de ruas e praças, mercados, recintos desportivos e outros, através de varredura mecânica e manual” e a “limpeza e lavagem de espaços, instalações e edifícios públicos e sanitários públicos”, nos termos dos pontos viii. e ix. (respetivamente) da alínea a) do artigo 4.º dos Estatutos. 14. As prestações de serviço a contratualizar consideram-se, desta sorte, uma forma de auto-organização, isto é, a utilização de meios próprios do **MUNICÍPIO**. 15. Se entende tratar-se de uma relação “*in house*”, que “não obedece a uma lógica contratual, mas ao exercício do poder de auto-organização da Administração”. **DO ESSENCIAL DA ATIVIDADE DA VITRUS AO SERVIÇO DO MUNICÍPIO** – 1. Toda a atividade prosseguida pela **VITRUS**, e de acordo com o seu objeto social (que aqui se dá, por brevidade, como reproduzido – cfr. artigo 4.º dos Estatutos), é, mormente, direcionada para a prossecução de objetivos de gestão de serviços de



1.

fu

interesse geral do **MUNICÍPIO**. 2. Nos domínios da gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, e da promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, a **VITRUS** tem vindo a concretizar o seu objeto social através da celebração de contrato de gestão e contrato programa, respetivamente. 3. A **VITRUS** não opera no mercado em condições de livre concorrência e não exerce qualquer atividade comercial adicional à exercida enquanto operador exclusivamente dedicado às atividades de interesse geral que assegura ao **MUNICÍPIO**. 4. O exercício das atividades a que se refere o número anterior está limitado ao território de atuação do **MUNICÍPIO**, pelo que sempre se defenderá que a **VITRUS** carece de dimensão no mercado. 5. Existindo, destarte, dependência económica da **VITRUS**, face ao **MUNICÍPIO**.

A. JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO DE MERCADO A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 36.º - 1. A norma constante do artigo 36.º, n.º 2, do RJAEL, interpretada de acordo com o artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, proíbe os auxílios públicos a empresas públicas. 2. Assim, e nos termos do preceituado no n.º 2 daquele artigo, por força de contrato de aquisição de serviços, o **MUNICÍPIO** só pode transferir para a **VITRUS** as quantias devidas pela prestação contratual a *preço de mercado*. 3. Apesar da atividade em causa ser suscetível de promoção à concorrência do mercado, pelas razões acima expostas, o **MUNICÍPIO** optou por recorrer ao regime da contratação "*in house*", cuja fundamentação do preço de mercado vai determinada no **Anexo I** ao contrato que se pretende celebrar, e cuja minuta se anexa.

C - PROPOSTA - 1. Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do artigo 36.º, n.º 2 do RJAEL e do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, coloca-se à consideração superior seja submetida à aprovação da Câmara Municipal a presente proposta, concretizada na celebração dos Contratos: **CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE**

EDIFÍCIOS INTEGRADOS NO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO entre o **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** e a **VITRUS**, no valor total de: a. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE EDIFÍCIOS INTEGRADOS NO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO: **€353 281,01 + IVA** (trezentos e cinquenta e três mil duzentos e oitenta e um euros e um cêntimo); b. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E A LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS: **€83 412,48** (oitenta e três mil quatrocentos e doze euros e quarenta e oito cêntimos); c. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO: **€13 500,00** (treze mil duzentos e quinhentos euros); 2. Simultaneamente, devem ser aprovadas as minutas dos respetivos **CONTRATOS**, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzidas, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função dos projetos aprovados, condicionado à obtenção da autorização prévia a que se refere o número seguinte. 3. Para os efeitos da alínea a) do nº 1 do art.º 63º da Lei do Orçamento de Estado de 2019, informa-se que o valor do contrato ora proposto é superior aos valores despendidos em 2019 ao abrigo do anterior contrato, em virtude de se ter verificado a um aumento de serviço mas mantem-se os valores unitários, e nos termos nº 4 do mesmo art.º 63º, compete à Câmara Municipal autorizar a realização desta despesa. 4. De acordo com o nº 5 do art.º 25º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal 2020, a aprovação da respetiva repartição de encargos, nos termos a seguir indicados, é da competência do Presidente da Câmara: A) CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE



11.

fu

LIMPEZA DE EDIFÍCIOS INTEGRADOS NO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO - Ano de 2020 (de 1 março a 31 dezembro) – €294 400,84 + IVA; Ano de 2021 (de 1 de janeiro a 28 de fevereiro) – €58 880,17 + IVA. B) CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS - Ano de 2020 (de 1 março a 31 dezembro) – €69.510,40; Ano de 2021 (de 1 de janeiro a 28 de fevereiro) – €13.902,08. C) CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO - Ano de 2020 (de 1 março a 31 dezembro) – €11 250,00; Ano de 2021 (de 1 de janeiro a 28 de fevereiro) – €2250,00.” As minutas dos contratos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM A VITRUS – CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL – Presente a seguinte proposta:

“Considerando que: A. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE: 1. Na sequência das consequências extremas resultantes dos incêndios nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, o Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, atualmente em vigor ao abrigo do Decreto-Lei n.º 176/2019, de 27 de dezembro, diploma que aprovou o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, estabelece um regime excecional aplicável às redes de secundárias de faixas de gestão de combustível, nomeadamente no que respeita à intervenção dos municípios, diferente do habitual que está

previsto na lei do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFI). 2. O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SNDFI), que define quem está obrigado à limpeza e gestão, as distâncias a considerar nos trabalhos e os prazos a cumprir quer por quem detenha terrenos, quer pelas câmaras municipais, foi recentemente alterada. 3. Essas alterações visam, na sua maioria, reforçar a prevenção, quer de uma perspetiva estrutural, quer operacional; no âmbito do planeamento, da organização e infraestruturação do território, dos comportamentos de risco no uso do fogo e no reforço dos dispositivos de vigilância e deteção. 4. Nessa prevenção, as Câmaras Municipais têm um papel determinante, devendo operacionalizar os seus trabalhos através da verificação nos locais do cumprimento das obrigações por quem está obrigado a proceder à gestão de combustível, da notificação aos incumpridores e, no caso de se manter o incumprimento, substituir-se aos proprietários e outros produtores florestais em incumprimento. 5. O Concelho de Guimarães compreende 13000 hectares sujeitos a incêndios rurais, com variáveis graus de propensão e vulnerabilidade ao fogo e está sujeito a condições meteorológicas muito favoráveis à ignição e propagação. 6. Por despacho do Secretário de Estado da Proteção Civil e das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Despacho 7474/2019, de 17 de janeiro, foi determinado como áreas prioritárias para a fiscalização da gestão de combustível, de primeira prioridade as freguesias de Gonça, Longos e União de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, em Guimarães. 7. De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Guimarães, aprovado para 2019-2028, o Município de Guimarães é responsável pela gestão de combustível de cerca de 271 hectares. 8. A acrescer, verifica-se o



1.

[Handwritten signature]

provável incumprimento em cerca de 320 hectares de área de casas isoladas da gestão de combustível até 15 de março, pelo que a Câmara Municipal de Guimarães terá de substituir-se ao proprietário e garantir, até 31 de maio, a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, conforme determina o nº 3 do art.º 163º da Lei do Orçamento de Estado de 2019, atualmente *em vigor ao abrigo do Decreto-Lei n.º 176/2019, de 27 de dezembro, diploma que aprovou o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.* 9. A acrescer, verifica-se o provável incumprimento em cerca de 320 hectares de acordo com os trabalhos definidos nos n.ºs 2, 10 e 13 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, que têm de decorrer até 15 de março, bem como os trabalhos definidos no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, que devem decorrer até 31 de maio. Pelo que até 31 de maio de 2020, as câmaras municipais garantem a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, devendo substituir-se aos proprietários e outros produtores florestais em incumprimento, procedendo à gestão de combustível prevista na lei, mediante comunicação e, na falta de resposta em cinco dias, por aviso a afixar no local dos trabalhos, como determina nº 3 do art.º 163º da Lei do Orçamento de Estado de 2019, atualmente *em vigor ao abrigo do Decreto-Lei n.º 176/2019, de 27 de dezembro, diploma que aprovou o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.* 10. Por último, somam 1300 hectares as áreas de aglomerados populacionais. 11. A Câmara Municipal não dispõe de meios ou recursos próprios para cumprir material e/ou temporalmente o que a lei determina. 12. E a excecionalidade destas medidas, têm imposto preços elevados para a prestação destes serviços de limpeza dos terrenos e a inflacionar o custo deste trabalho, em especial da

mão-de-obra. 13. Em 2018, o Município de Guimarães efetuou uma consulta ao mercado, através de Ajuste Direto, por regime simplificado, em que os preços de mercado rondaram de 1730€/ha a 2160€/ha. 14. Consultadas ainda as tabelas CAOF do ICNF – custos das operações florestais referentes aos anos 2015-2016, os valores máximos da soma resultante de todos os trabalhos inerentes à gestão de combustível rondam o valor de 1350,00€/ha. Considerando a tipologia dos terrenos existentes em Guimarães as ações terão sempre que ser realizadas de um modo moto/manual e com algum recurso a mecânico, obrigando a um maior número de mão-de-obra necessária. 15. A **VITRUS AMBIENTE, E.M., SA**, designada abreviadamente por **VITRUS**, é uma empresa local de âmbito municipal, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída por deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães e votada à prossecução de objetivos de gestão de serviços de interesse geral do município de Guimarães, conforme definido nos seus **ESTATUTOS**. 16. Entre outros meios organizativos, a **VITRUS** dispõe dos recursos humanos e materiais necessários e suficientes para prestar os serviços supra identificados, conforme se demonstrará; 17. A Lei 50/2012, de 31 de Agosto, prevê, no seu artigo 36.º, que possam ser adjudicados pelas entidades públicas participantes às empresas locais aquisições de serviços, desde que as mesmas não originem *a transferência de quaisquer quantias, pelas entidades públicas participantes, para além das devidas pela prestação contratual das empresas locais a preços de mercado*. 18. Podem considerar-se, conforme as situações, contratos internos (*in house*) ou contratos externos. 19. Os contratos de prestação de serviços para a limpeza de faixa de gestão de combustível, são onerosos e integram um dos objetos previstos no domínio da contratação pública. 20. Não obstante, na origem da criação da **VITRUS**, resultante da liberdade de auto-organização



L.

pe

do **MUNICÍPIO**, esteve a potencial vantagem acrescida ao nível da melhoria dos serviços prestados, quer em termos de eficiência, quer ao nível da rapidez das intervenções requeridas, assim como o aumento da produtividade, com reflexos, designadamente, no preço dos serviços prestados. 21. Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do RJAEL *as atividades a cargo das empresas locais ou das entidades participadas não podem ser prosseguidas pelas entidades públicas participantes na pendência da respetiva externalização e na sua exata medida*; 22. Integram o objeto social da **VITRUS** a “limpeza e lavagem de ruas e praças, mercados, recintos desportivos e outros, através de varredura mecânica e manual” e a “limpeza e lavagem de espaços, instalações e edifícios públicos e sanitários públicos”, nos termos dos pontos viii. e ix. (respetivamente) da alínea a) do artigo 4.º dos Estatutos. 23. A acrescer, nos termos da alínea c) do mesmo artigo daqueles Estatutos, a **VITRUS** pode, ainda, exercer serviços relacionados com o seu objeto social, designadamente atividades complementares ou subsidiárias. 24. A política de defesa da floresta contra incêndios, pela sua vital importância, insere-se num contexto mais alargado de ambiente e ordenamento do território, de desenvolvimento rural e de proteção civil, que carece do envolvimento de todos, no desenvolvimento de uma maior transversalidade e convergência de esforços de todas as partes envolvidas, de forma direta ou indireta. 25. Pelo que, as prestações de serviço a contratualizar, integram o conceito de atividades complementares a que se refere a alínea c) do artigo 4.º dos Estatutos da **VITRUS**, na forma assumida de auto-organização, isto é, a utilização de meios próprios do **MUNICÍPIO**. 26. Trata-se, portanto, de uma relação “*in house*”, que “não obedece a uma lógica contratual, mas ao exercício do poder de auto-organização da Administração”. **DO ESSENCIAL DA ATIVIDADE DA VITRUS AO SERVIÇO DO MUNICÍPIO** – 1. Toda a atividade prosseguida pela **VITRUS**, e de acordo com

o seu objeto social (que aqui se dá, por brevidade, como reproduzido – cfr. artigo 4.º dos Estatutos), é, mormente, direcionada para a prossecução de objetivos de gestão de serviços de interesse geral do **MUNICÍPIO**. 2. Nos domínios da gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, e da promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, a **VITRUS** tem vindo a concretizar o seu objeto social através da celebração de contrato de gestão e contrato programa respetivamente. 3. A **VITRUS** não opera no mercado em condições de livre concorrência e não exerce qualquer atividade comercial adicional à exercida enquanto operador exclusivamente dedicado às atividades de interesse geral que assegura ao **MUNICÍPIO**. 4. O exercício das atividades a que se refere o número anterior está limitado ao território de atuação do **MUNICÍPIO**, pelo que sempre se defenderá que a **VITRUS** carece de dimensão no mercado. 5. Existindo, destarte, dependência económica da **VITRUS**, face ao **MUNICÍPIO**. **A - JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO DE MERCADO A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 36.º - 1.** A norma constante do artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, interpretada de acordo com o artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, proíbe os auxílios públicos a empresas públicas. 2. Assim, e nos termos do preceituado no n.º 2 daquele artigo, por força de contrato de aquisição de serviços, o **MUNICÍPIO** só pode transferir para a **VITRUS** as quantias devidas pela prestação contratual a *preço de mercado*. 3. Apesar da atividade em causa ser suscetível de promoção à concorrência do mercado, pelas razões acima expostas, o **MUNICÍPIO** optou por recorrer ao regime da contratação “*in house*”, cuja fundamentação do preço de mercado vai determinada no **ANEXO I** ao contrato a celebrar, e cuja minuta se anexa. **C – PROPOSTA – 1.** Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do artigo 36.º, n.º 2 do RJAE e do n.º 2 do art.º 5A do Código dos Contratos Públicos, coloca-se à consideração superior seja



L.

submetida à aprovação da Câmara Municipal a aprovação da presente proposta, concretizada na celebração de um **CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL** entre o **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** e a **VITRUS**, no valor total de **€339 250,00** (trezentos e trinta e nove mil duzentos e cinquenta euros), não sujeito a IVA, referente à execução de 295ha, com início a 1 de março e término em 30 de dezembro de 2020, e **valor por hectare de €1150,00**. 2. Simultaneamente, deve ser aprovada a minuta do respetivo **CONTRATO**, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, condicionado à obtenção da autorização prévia a que se refere o número seguinte. 3. Para efeitos ao abrigo do alínea a) do nº 1 do art.º 63º da Lei do Orçamento de Estado de 2019, atualmente em vigor ao abrigo do Decreto-Lei n.º 176/2019, de 27 de dezembro, diploma que aprovou o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, informa-se que o valor do contrato ora proposto é igual aos valores despendidos em 2019 para o mesmo objeto, existindo, todavia, contratos com a mesma contraparte, pelo que, nos termos nº 4. do mesmo art.º 63º, compete à Câmara Municipal autorizar a realização desta despesa. À Consideração superior." A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----**

ENTIDADES PARTICIPADAS – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2020 – AMAVE – Presente a seguinte proposta: "Na sequência da receção

do mapa “Comparticipações dos Municípios no orçamento da AMAVE-2020” com a previsão dos custos com pessoal e funcionamento a serem imputados ao Município de Guimarães, aprovado pelo Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Vale do Ave, submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência da verba, para o ano de 2020, de €121.460,59 (cento e vinte e um mil quatrocentos e sessenta euros e cinquenta e nove cêntimos), a que corresponde o valor de €65.777,24 (sessenta e cinco mil e setecentos e setenta e sete euros e vinte e quatro cêntimos) aos custos com pessoal e €55.683,35 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e três euros e trinta e cinco cêntimos) aos custos de funcionamento. Junto se anexa o quadro dos custos imputados.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto e Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade. A Vereadora Paula Oliveira assumiu a presidência da reunião durante o período de discussão e votação da proposta. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO 2020, COM A COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS-COOPERATIVA DE INTERESSE PUBLICO RL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS, NA SUA REDAÇÃO ATUAL – Presente a seguinte proposta: **“I. ENQUADRAMENTO PRÉVIO: 1.** A Taipas-Turitermas, Cooperativa de Interesse Público, RL (doravante **TURITERMAS**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída no dia 5 de junho de 1985, por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em



11.

fu

Assembleia Municipal de 19 de outubro de 1985, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro; 2. O Município de Guimarães é seu cooperante, exercendo sobre ela uma influência dominante por ser detentora de 95,65% dos títulos de capital; 3. Os fundamentos que estiveram na origem da sua criação recaíram essencialmente sobre a preocupação com a recuperação, reativação e gestão dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos da Vila das Taipas, bem como a captação e exploração das águas minerais e dos estabelecimentos sob a sua gestão, assim como a criação ou desenvolvimento de outros equipamentos termais e turísticos que se viessem a considerar necessários para o desenvolvimento do seu objeto social. 4. Objeto social esse com enquadramento nas atribuições do MUNICÍPIO contidas nas alíneas a), e), g) e m) do n.º 2 do art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, em anexo, o regime jurídico das autarquias locais, preceitos que se referem ao “equipamento rural e urbano”, “património, cultura e ciência”, “saúde”, e a “promoção do desenvolvimento”. 5. As denominadas *Régies* Cooperativas, encontram o seu regime regulado por diploma autónomo ao Código Cooperativo (doravante o **COOP**) - o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro, doravante **DECRETO** – sendo-lhes aquele Código aplicável em tudo o que o que não estiver especialmente regulamentado por este. 6. O **DECRETO** ocupou-se, assim, do regime da constituição das *Régies* Cooperativas ou Cooperativas de Interesse Público, definindo-as, desde logo no seu primeiro artigo, como “[...] pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos.” 7. Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante a **LAEL**), o art.º 58.º passou a ter a seguinte redação aditada por um terceiro número: “O

disposto nos capítulos III e VI aplica -se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º. 8. Desta sorte, às relações existentes entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Taipas Turitermas, aplicam-se, com as necessárias adaptações, os Capítulos I, III e IV a VI, da mencionada **LAEL**, na sua atual redação. 9. Conforme suprarreferido, as atividades promovidas pela Taipas Turitermas são atividades de interesse geral e integram o âmbito das atribuições do **MUNICÍPIO**, nos termos da alínea a), e), g) e m) do n.º 2 do art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. 10. Para manter a prática de preços sociais aos utentes/utilizadores dos equipamentos da Cooperativa Taipas Turitermas, nas atividades melhor descritas no contrato que se pretende aprovar, torna-se necessário regulamentar a atribuição de subsídios à exploração com a finalidade cobrir os défices de exploração dessas mesmas atividades, decorrentes da prática daqueles preços. 11. Preços sociais que foram previstos pela **TURITERMAS** nos instrumentos previsionais para o exercício do ano económico de 2020; 12. Submetidos aos órgãos do **MUNICÍPIO** em cumprimento estrito do dever de informação previsto no art.º 42.º, da **LAEL**, aplicável por força do referido art.º 58.º. 13. Nos termos do art.º 47.º da **LAEL**, é no contrato programa que deve estar vertido detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais; 14. De acordo com a **LAEL**, o legislador



L. .

pretendeu, por princípio, a viabilidade económico-financeira das empresas e consequente autossustentabilidade; **II. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** 1. Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração da **LAEL**, a Taipas Turitermas está sujeita à verificação legal do cumprimento dos rácios a que se refere o artigo 62.º, n.º 1 daquele regime jurídico. 2. Cumprindo todas as demais exigências legais desse artigo e demais, designadamente as que constam do art.º 47.º da **LAEL**, e considerando a demonstração dos últimos resultados, não se vislumbra razão para concluir que o contrato programa que ora se submete a aprovação comprometerá a eficácia dos critérios de avaliação de sustentabilidade financeira previstos no referido art.º 62.º, n.º 1. **III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO DO CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO TAIPAS-TURITERMAS-COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO RL.** - Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 47º da **LAEL**, proponho que a Câmara Municipal delibere: 1. aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Taipas-Turitermas-Cooperativa de Interesse Público RL; 2. aprovar a minuta do respetivo contrato-programa, seu teor e anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Taipas-Turitermas-Cooperativa de Interesse Público RL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do art.º 47.º da **LAEL**, titula a transferência da “Gestão dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos e de recreio da Vila das Taipas, bem como a captação e exploração das águas minerais e dos estabelecimentos que lhe são anexos”, a qual se anexa e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já

mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea c), do nº6 do art.º 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos, seu teor e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do art.º 47º da LAEL; 3. consequentemente, porque contido naquele contrato-programa, aprovar que o produto proveniente da sua atividade constitui receita da Cooperativa de Interesse Público Taipas-Turitermas Cooperativa de Interesse Público RL; 4. aprovar, nos termos da al. b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com a informação financeira anexa, e que prevê conceder, no decurso da execução do contrato, a título de subsídio de exploração da atividade, o montante de €341.766,83, a pagar em dez prestações, a primeira das quais, no valor de €85.441,70, a pagar no mês da sua outorga, e as restantes nove, no valor de €28.480,57, até à última semana do mês a que diz respeito. Anexam-se: informação financeira, a referida minuta e os anexos que dela fazem parte integrante.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA TRAVESSA DA ESCOLA (ATÃES) - UNIÃO DE FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – Presente a seguinte informação: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito na União de Freguesias de Atães e Rendufe, conforme postura em anexo, aprovada pela Junta e Assembleia de Freguesia. A proposta visa garantir a criação de condições de segurança e ordenamento da circulação de trânsito na Travessa da Escola (Atães), atento o reduzido perfil



11.

transversal da mesma.” A postura com a alteração ao trânsito e as atas dos órgãos executivo e deliberativa da União de Freguesias dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TRÂNSITO – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULO ESTACIONADO ABUSIVAMENTE (PRESUNÇÃO DE ABANDONO), COM A MATRÍCULA 91-89-PQ (NIPG 27407/18) – Presente a seguinte informação: “O proprietário do veículo 91-89-PQ, marca Opel, modelo Corsa, cor cinzento, foi notificado no dia 07.08.2018 para proceder ao levantamento do mesmo, que se encontra aparcado nas oficinas municipais, sitas na Rua das Lameiras, freguesia de Polvoreira, após pagamento das respetivas taxas de remoção e depósito, considerando a sua remoção por se encontrar em situação de estacionamento abusivo, nos termos do Código da Estrada. No dia 21.08.2018, o munícipe solicitou a isenção das referidas taxas, alegando dificuldades financeiras, nomeadamente o facto de viver apenas de uma pensão de reforma no valor de €366,54, valor que se revela insuficiente para todas as despesas mensais, tendo sido notificado no dia 11.09.2018, para apresentar os documentos necessários ao pedido de isenção. Solicitada a análise socioeconómica do requerente aos serviços da Divisão de Ação Social, foi por esta informado que o proprietário se encontra numa “situação de elevada vulnerabilidade e de grande precariedade económica, cujo rendimento disponível é negativo”, pelo que poderá beneficiar da isenção das taxas solicitadas, devendo, para o efeito, tal isenção ser objeto de deliberação da Câmara Municipal. Coloca-se, assim, à consideração superior a submissão da presente proposta ao executivo camarário, por forma a conferir ao requerente a isenção do pagamento das taxas devidas pela remoção e depósito do veículo, no valor

de €180,00, nos termos do nº. 5 do art.º 33º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor desde 1 de janeiro de 2020.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTEÇÃO CIVIL – ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS (AHBV) DE GUIMARÃES E DAS CALDAS DAS TAIPAS – Presente a seguinte proposta: “A Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, determina que “A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”. A Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril - que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal - confere aos municípios a competência e a autoridade máxima local para a coordenação de operações da Proteção Civil, no âmbito concelhio, através do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC), tendo um papel importante e primordial no que respeita à articulação com todos os agentes de Proteção Civil, à identificação e prevenção de riscos e a operacionalidade dos meios. Neste contexto, e sem prejuízo da existência de outros agentes ou forças de intervenção, é reconhecido aos corpos de bombeiros o seu importante papel na orgânica do Sistema da Proteção Civil, designadamente no âmbito de proteção e socorro à população e de combate a incêndios florestais e urbanos. Nesse sentido, constitui como missão dos corpos de bombeiros a prevenção e o combate a incêndios, o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em



1.

todos os acidentes, a participação em outras atividades de proteção civil, o exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações, entre outras de reconhecido interesse público. Nesta conformidade, as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e das Caldas das Taipas são instituições que se distinguem pelos serviços que prestam à comunidade e à causa pública, atuando, de imediato, em situações de emergência e catástrofe. Para além da sua atividade regular, estas instituições participam ativamente nas Comissões Municipais de Proteção Civil, da Defesa da Floresta Contra Incêndios, no Conselho Municipal de Segurança, nos simulacros organizados pela autarquia, pelas escolas e outras instituições, bem como em todos os eventos que, pela sua natureza, necessitam de um acompanhamento especial dessas corporações. Ambas as associações vêm sentido dificuldades financeiras para fazer face as despesas geradas pela atividade desenvolvida, designadamente com equipamentos de apoio aos incêndios, com água e combustíveis, com formação especializada e contínua de forma a fomentar a melhoria da sua capacidade operacional, pelo que o Município de Guimarães tem vindo a atribuir anualmente subsídios regulares como forma de apoio às suas atividades. Nesta conformidade, em 2020, o valor dos subsídios a atribuir foi calculado tendo por base um conjunto de critérios objetivos, de acordo com a Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto – que define as regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros - numa ótica dos princípios de responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade, assentes em medidas de risco e da atividade dos Corpos de Bombeiros, critérios que se mantêm no presente ano. O subsídio é indexado a um orçamento de referência, conforme Plano e Orçamento Municipal aprovado, sendo a dotação a

atribuir a cada Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários calculada de acordo com a seguinte fórmula, sendo os valores utilizados os inscritos na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC): -----

$$V_t = \frac{20\% \times A_i \times O_r}{AT} + \frac{30\% \times P_i \times O_r}{PT} + \frac{20\% \times R_i \times O_r}{RT} + \frac{10\% \times O_i \times O_r}{OT} + \frac{20\% \times Q_i \times O_r}{QT}$$

OR = Orçamento de referência; Ai = Área abrangida pelo corpo de bombeiros da AHB, à data de 31 de dezembro do ano anterior, definida como a área de atuação pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); AT = Somatório da área abrangida por todos os corpos de bombeiros das AHB; Pi = População abrangida pelo corpo de bombeiros da AHB, definida como a população residente na área abrangida pelo corpo de bombeiros da AHB de acordo com os dados mais recentes, à data de 31 de dezembro do ano anterior, do Instituto Nacional de Estatística, I. P.; PT = Somatório da população abrangida por todos os corpos de bombeiros das AHB; Ri = Índice de risco da área abrangida pelo corpo de bombeiros da AHB; RT = Somatório dos índices de risco de todos os corpos de bombeiros das AHB; Oi = Número de ocorrências em que o corpo de bombeiros da AHB atuou, definido como o número médio de ações de socorro em situações de emergência, efetuadas pelas equipas especializadas de socorro do corpo de bombeiros; OT = Somatório do número de ocorrências de todos os corpos de bombeiros das AHB; Qi = Número de bombeiros elegíveis do corpo de bombeiros da AHB, definido como o número dos elementos do quadro de comando e do quadro ativo do corpo de bombeiros voluntários ou mistos registados no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses, excluindo os elementos supranumerários; QT = Somatório do número de bombeiros elegíveis de todos os corpos de bombeiros das AHB. Assim, e de acordo com os critérios anteriores indica-se abaixo o quadro final, considerando o Orçamento de Referência para 2020 de **€320.000,00**: -----



	Valores absolutos	Ponderação	Distribuição	Valor a afetar
Ai Total	24100	20%		
Ai Caldas das Taipas	8100		34%	21 510,37 €
Ai Guimarães	16000		66%	42 489,63 €
Pop Total	158088	30%		
Pop. Caldas das Taipas	33266		21%	20 201,00 €
Pop. Guimarães	124822		79%	75 799,00 €
Índice Risco Total	4,55	20%		
Índice Risco Caldas das Taipas	2,27		50%	31 929,67 €
Índice Risco Guimarães	2,28		50%	32 070,33 €
N. ocorrências Total	16241	10%		
N. Oc T Caldas das Taipas	6412		39%	12 633,70 €
N. Oc Guimarães	9829		61%	19 366,30 €
Valor pessoal	236	20%		
Valor pessoal Caldas das Taipas	122		52%	33 084,75 €
Valor pessoal Guimarães	114		48%	30 915,25 €

Neste contexto, submete-se à consideração superior a atribuição dos seguintes subsídios relativos ao ano de 2020 às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas e de Guimarães, a pagar em 12 meses: -----

AH BV Caldas das Taipas	AH BV Guimarães
119 359,50 €	200 640,50 €
37%	63%

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AMBIENTE – ADMISSÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À ADAPT.LOCAL – REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – Presente a seguinte informação: “Considerando: Que o 5.º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC; 2014) salienta que as evidências científicas relativas à influência da atividade humana sobre o sistema climático são mais fortes do que nunca e que o aquecimento global do sistema climático é inequívoco; Que as alterações climáticas são uma realidade e uma prioridade nacional, face aos seus impactes futuros sobre a nossa sociedade, economia e ecossistemas, que são cada vez mais os estudos científicos e as instituições internacionais que demonstram as mudanças no sistema climático global e

que os estudos efetuados também indicam que Portugal se encontra entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactes das alterações climáticas; Que os impactes potenciais das alterações climáticas suscitam urgentemente a necessidade de desenvolver e adotar planos e estratégias de adaptação às alterações climáticas suportadas num aprofundamento dos conhecimentos sobre as vulnerabilidades atuais e futuras do território, conjugando e concertando ao nível nacional e regional opções e medidas de adaptação local; Que, em resposta a estes desafios, foi criada em dezembro de 2016, na sequência do projeto ClimAdaPT.Local promovido pela Agência Portuguesa de Ambiente, a Adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, doravante designada por Adapt.local, parceria liderada por municípios e que envolve também instituições de ensino superior, centros de investigação, organizações não-governamentais e empresas, com a finalidade de dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal; Que a Adapt.local assume como missão promover em Portugal um processo contínuo de elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, aumentando a capacidade dos municípios portugueses e de outras entidades, públicas ou privadas, em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas de atuação, nos seus instrumentos de planeamento e nas suas intervenções; Que, desde a sua constituição, a Adapt.local definiu e encontra-se a implementar um Programa de Ação, composto por várias medidas e iniciativas focadas na promoção da adaptação climática em Portugal, nomeadamente na sua integração nas ferramentas de gestão e planeamento municipal, promoção da capacitação das autarquias (dos eleitos e do corpo técnico municipal) e na troca de conhecimento, experiências e boas práticas entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido



L.

pr

associativo, entre outras; Que, pela natureza informal da parceria, a sua atuação, atividades e iniciativas têm dependido em exclusivo da partilha voluntária de recursos técnicos e financeiros dos seus membros, constituindo também uma limitação à captação de financiamento nacional e comunitário, recursos fundamentais para consolidar e potenciar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal e permitir o desenvolvimento sustentado da Adapt.local; Que, à data, o trabalho desenvolvido pela Adapt.local e pelos seus membros constitui já uma referência ao nível nacional, onde se destacam, entre outras atividades, a realização anual de um seminário nacional e a definição de um sistema de report anual da adaptação local às alterações climáticas em Portugal, iniciativas que têm alcançado evidente sucesso e reconhecimento público, consolidando a imagem da Rede e a relevância da sua missão; Que, na última reunião do Conselho Geral, a 14 de outubro de 2019, foram aprovados os Estatutos, o Regulamento Interno e o Estudo de Viabilidade Económica/financeira, da constituição da "ADAPT.LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS", com vista à transformação numa associação dotada de personalidade jurídica, que pretende reforçar a sua capacidade de intervenção e a visibilidade ao nível nacional e internacional, bem como a eficácia na implementação do seu Programa de Ação, o qual tem um horizonte temporal de concretização até 2021. O objetivo de criar uma rede de municípios e de outras entidades públicas e privadas para dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal, promovendo um processo contínuo de planeamento adaptativo que aumente a capacidade dos municípios portugueses e de outras entidades, públicas ou privadas, em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas de atuação e nos seus instrumentos, afirmando a importância da escala local para a conceção e implementação

de soluções de adaptação mais eficazes, eficientes e equitativas; O posicionamento de Guimarães com vista à adaptação e mitigação às alterações climáticas, nomeadamente a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, elaborada em 2016; A importância da troca de conhecimento e de experiências ao nível da adaptação local entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo; A existência de uma associação que promova um processo contínuo de planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas, a integração de medidas e ações de adaptação climática nas políticas locais e nos instrumentos de planeamento municipal, a troca de conhecimento e de experiências ao nível da adaptação local entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo, permite afirmar a importância da escala local para a conceção e implementação de soluções de adaptação mais eficazes, eficientes e equitativas. Paralelamente, a produção de conhecimento e a existência de boas práticas, ações de sensibilização, etc., potencia o processo de adaptação às alterações climáticas na escala local, constituindo-se como um importante canal de informação, conhecimento e contatos para os seus associados. O valor da quota anual é de €1.000,00 valor que, de acordo com o estudo de viabilidade e sustentabilidade económico-financeiro 2019/2023, será o encargo que o Município terá em anos futuros com o funcionamento da Associação. O Município de Guimarães, enquanto autarquia local, dispõe de atribuições nos domínios do ambiente, conforme prevê a alínea k) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para prosseguir estas atribuições a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo, dispõe das competências previstas nas alíneas t) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal, competências que lhe



permitem assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural do município e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa e outras de interesse para o município. Nestes termos, coloca-se à consideração superior que seja apresentada à Câmara Municipal, para que esta aprove submeter à Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º e do art.º 59.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, uma proposta de constituição de uma associação sem fins lucrativos, a ADAPT.LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, em parceria com os Municípios e as entidades constantes do programa de ação em anexo (**doc. 1**), e de acordo com os estatutos que igualmente se juntam em anexo (**doc. 2**) e o estudo de viabilidade e sustentabilidade económico-financeiro 2019/2023 (**doc. 3**), tal como previsto no art.º 32.º, por remissão do n.º 2 do art.º 53.º, da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Anexam-se, ainda, outros documentos relativos à constituição da Associação e cuja análise pode ser entendida como relevante para o processo de constituição da associação (**doc. 4**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL - REFORMULAÇÃO DO INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO E DE AVALIAÇÃO DA EMPRESA – Presente a seguinte informação: “O instrumento de Diagnóstico e Avaliação da empresa, parte integrante do manual de boas práticas introduzido na alteração normativa do instrumento regulador das candidaturas PEIM, tem como principal objetivo, verificar e monitorizar a implementação de estratégias para a sustentabilidade

corporativa. Aquando da entrada em vigor do novo RPEIM – Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal – a análise das candidaturas passou a ter uma componente de implementação de ferramentas de monitorização e otimização que visam o pleno cumprimento dos três pilares da sustentabilidade: económico, social e ambiental. Este instrumento de diagnóstico e avaliação, composto por 158 quesitos, que se exigem ver respondidos no momento da instrução da candidatura, conclui-se de estrutura e composição manifestamente excessivo, em grande parte despiciendo e em muitos casos de muito difícil mensuração e/ou verificação. Nesse sentido e, com vista á simplificação procedimental, propõe-se a reestruturação do documento, subtraindo-lhe o que consideramos ser de somenos importância, sem, no entanto, comprometer a verificação da implementação dos principais sistemas de diferenciação positiva, indutores de uma transição e do desenvolvimento sustentável das organizações empresariais. Em anexo, junta-se nova proposta do instrumento diagnóstico. A cor verde identifica os quesitos que se propõem eliminar e a negro identifica-se a estrutura definitiva do documento, agora com 62 quesitos. Assim, considerando que o RPEIM atualmente em vigor e do qual este manual é um anexo, foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, devem as presentes alterações ser igualmente aprovadas pelos dois órgãos. Á consideração superior.” O Instrumento de Diagnóstico e Avaliação da Empresa dá-se aqui por reproduzido arquivar-se em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 25 DE MAIO DE 2017 COM A EMPRESA CLOTHE-UP – DESENVOLVIMENTO TÊXTIL UNIPESSOAL, LDA – Presente a seguinte proposta: “A empresa



11

fu

CLOTHE-UP – DESENVOLVIMENTO TÊXTIL UNIPessoal, LDA. representada por **PEDRO JORGE DIAS FERNANDES**, na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara de 25 de maio de 2017 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 25/05/2017, requerer a renegociação do valor de investimento inicialmente fixado em €590.000,00 para €566.021,11 e dos postos de trabalho de 6 para 4, mantendo-se, no entanto, o prazo de implementação inicialmente fixado (1 ano). Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 56%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **CLOTHE-UP – DESENVOLVIMENTO TÊXTIL UNIPessoal, LDA.** nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e arquivam-se

em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

TURISMO – CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “O turismo é um setor estratégico, reconhecido pelo seu impacto económico, social, cultural e ambiental na economia. Ao longo das últimas décadas, o turismo registou um crescimento contínuo e uma intensa diversificação, surgindo como um dos setores com maior desenvolvimento mundial. Pelo seu efeito multiplicador na atividade económica e no emprego, o desenvolvimento do setor assume-se como um elemento fundamental para algumas economias regionais. Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), em 2017 registaram-se 1 323 milhões de chegadas internacionais de turistas em todo o mundo, ao qual corresponde um aumento de 84 milhões (+6,8%) face ao ano anterior (OMT, 2018). Segundo a mesma fonte, este valor afirma-se como um novo recorde, sendo o maior crescimento registado desde 2010. O setor do turismo representou em média, no período 2013-2017, aproximadamente 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e 3,6% do emprego mundial. Analisando a contribuição total do turismo para a economia mundial verifica-se que, em 2017, o setor representou 1 em cada 10 empregos mundiais e 10,4% do PIB mundial, apresentando um pequeno crescimento relativamente aos valores médios obtidos para o período 2013-2017 de cerca de 9,9% para a contribuição total para o PIB e de 9,5% para o emprego mundial. O turismo afirmou-se como o terceiro maior setor exportador mundial (OMT, 2018). Em Portugal, o setor do turismo, no ano de 2018, continuou a reforçar a sua importância na sociedade e na economia nacionais. Com um forte papel como setor exportador, o turismo registou 67,7 milhões de dormidas, gerou um total de 4 mil milhões de proveitos globais, tendo as receitas turísticas contribuído para 8,3% do PIB



1.

[Handwritten signature]

português. Neste ano, as atividades ligadas ao Turismo empregaram 328,5 mil indivíduos, sendo que a população empregada nos setores do Alojamento e da Restauração e Similares representaram 6,7% do total da Economia. No que respeita à Região Norte do País, o número de dormidas fixou-se, em 2018, nos 9,8 milhões (+8,5% face a 2017), a que corresponde uma quota de 14,5% no total da procura em Portugal, tendo os proveitos globais ascendido aos 560 milhões (+14,5% em relação a 2017). À semelhança da região Norte de Portugal, o turismo em Guimarães tem registado um crescimento. Na última década o concelho tem visto aumentar a sua notoriedade e capacidade de atrair visitantes de forma regular. A procura turística regista uma tendência geral de crescimento nos anos posteriores à Capital Europeia da Cultura. Em 2013 os Postos de Turismo receberam 46.462 visitantes e em 2018 um total de 81.541, o que representa um acréscimo de 75,5%. Adicionalmente, em 2013, os principais Museus e Monumentos registaram um total de 301.477 visitantes e em 2018 de 867.642, que se traduz num crescimento de 187,8%. De acordo com os dados do INE (Anuários Estatísticos da Região Norte) o número de dormidas nos alojamentos turísticos tem registado um crescimento contínuo. No Município de Guimarães, o número de dormidas por 100 habitantes cresceu de 113,8 em 2013 para 223,7 em 2018. Concretamente o número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento do Município ascenderam a 178.429 em 2013 e a 342.300 em 2018, traduzindo-se num incremento de 91,8% no número total de dormidas. Com o crescimento o turismo é fundamental que os destinos turísticos realizem um planeamento estruturado garantindo a sua sustentabilidade. Os desafios do planeamento dos destinos turísticos assentam numa diversidade de fatores, nomeadamente na qualidade do alojamento, restauração, comércio, entretenimento, diversão, acessibilidades e transportes, infraestruturas de

apoio, ambiente, estrutura social e organizacional, hospitalidade e acolhimento, incluindo fatores como simpatia, cortesia, limpeza, informação, entre outros. Neste contexto, o desenvolvimento turístico implica uma forte articulação, participação e cooperação entre os setores públicos e privado. O planeamento do turismo surge como uma ferramenta estruturante da política de desenvolvimento, assumindo-se como um elemento fulcral do processo de implementação de estratégias locais de crescimento e desenvolvimento económico. Os municípios assumem um papel central no planeamento, gestão de infraestruturas e criação de condições para o desenvolvimento turístico local. No contexto do planeamento público surge a questão da tributação do âmbito da atividade turística. Para além de destinos turísticos, vários países têm aplicado taxas turísticas com o objetivo de corrigir externalidades produzidas pelos seus visitantes. Segundo a literatura, a implementação da taxa municipal turística contribui para o desenvolvimento e sustentabilidade dos destinos, minimizando o impacto da pressão turística. Deste modo, a introdução da referida taxa surge como meio de contribuição das despesas dos destinos, nomeadamente limpeza urbana, segurança de pessoas e bens, reforço das infraestruturas e equipamentos públicos, conservação do património local, reforço de transportes públicos e das condições de mobilidade, entre outros. Ademais, a criação e implementação da Taxa Municipal Turística de Guimarães visa promover e garantir um conjunto de novas atividades e investimentos diretamente relacionados com o turismo, que acarretam despesas acrescidas, seja ao nível dos materiais e ações de promoção, da oferta cultural, artística e de lazer seja as destinadas a prevenir e a mitigar a degradação e a sobreocupação, mormente nas áreas do Concelho mais procuradas, face ao desgaste inerente à "pegada turística", no plano da segurança de pessoas e bens, da manutenção e qualificação urbanística,



L.

pr

patrimonial, territorial e ambiental do espaço público, que requerem meios financeiros avultados. Trata-se, não apenas de manter os níveis de qualidade que a oferta tem atualmente, mas também de a tornar mais acessível e inclusiva, adaptando funcionalmente as infraestruturas existentes, e mais sustentável do ponto de vista ambiental, através de investimentos continuados nos domínios da paisagem, da preservação da biosfera e da proteção da biodiversidade. Procurou-se igualmente integrar e corresponder às conclusões e recomendações do Estudo de Reposicionamento Estratégico Turístico da Marca Guimarães, contrariando a sazonalidade da procura, favorecendo o prolongamento da permanência e atraindo turismo jovem. Para efeito de cobertura dos novos custos, o Município de Guimarães tem, assim, de assegurar novas fontes de financiamento na observância do princípio da justa repartição dos encargos públicos, através da receita decorrente da criação de uma taxa turística, ou seja, através de um pequeno valor a imputar a nacionais e estrangeiros que comprovadamente visitam o Concelho com intuítos turísticos como contrapartida das utilidades públicas gerais e dos serviços municipais que lhes são concretamente propiciados e dirigidos e que são geradores das novas despesas. Neste sentido, a metodologia aplicada para a determinação do valor unitário da taxa municipal turística, na sua modalidade de taxa de dormida no contexto do Município de Guimarães, surge com base na imputação ao turismo dos custos proporcionais à população turística.

Enquadramento legal - Nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o novo regime financeiro das autarquias locais, os Municípios podem criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais, incidindo sobre "utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais". Por sua vez, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 da

Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, os Municípios podem criar taxas para financiamento de utilidades geradas pela realização de despesa pública local, quando desta resultem utilidades divisíveis que beneficiem um grupo determinado de sujeitos, como é o caso dos turistas, independentemente da sua vontade. Ainda de acordo com a mesma Lei, nos termos do seu artigo 8.º, as taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pela Assembleia Municipal, que deverá conter obrigatoriamente, sob pena de nulidade, a fundamentação económico-financeira do valor das taxas a cobrar, designadamente, os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pelo Município. Por sua vez, nos termos das alíneas k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município bem como apresentar propostas, à mesma Assembleia, sobre matérias da competência desta. No exercício desta competência, a Câmara Municipal promoveu uma análise dos custos diretos e indiretos em que incorre com as utilidades e serviços que o Município presta aos turistas. Numa primeira abordagem, para o cálculo do valor da taxa municipal turística, foi considerado o valor da despesa prevista nos planos previsionais do Município, concretamente nos Grandes Opções do Plano e Orçamento 2017. Numa segunda abordagem foi considerada a despesa efetiva, considerando assim os valores referidos e a execução do Plano 2017, de modo a aferir corretamente a imputação da despesa do turismo, concretamente das despesas inerentes à população turística, atendendo ao ponto de vista do seu planeamento e ao ponto de vista das despesas efetivas. Perante os valores apurados, o Município de Guimarães



L.

considera que o princípio da justa repartição dos encargos públicos impõe que as despesas em que incorre, nomeadamente, com a geração de utilidades propiciadas aos que visitam a cidade, e/ou para mitigar o impacto da "pegada turística", sejam imputadas, na proporção em que delas usufruem ou determinam, a estes turistas e não, na sua totalidade, à população residente no Município. **Caracterização** - Ponderando as diferentes opções já adotadas nacional e internacionalmente sobre esta matéria, o Município de Guimarães opta por consagrar uma taxa municipal turística que incide exclusivamente sobre as dormidas nos empreendimentos turísticos ou estabelecimentos de alojamento local no período do ano de maior procura, correspondendo à pressão efetiva dos visitantes sobre a cidade. **Conclusão** - Com estes pressupostos e fundamentos, o Município de Guimarães cria, através do presente regulamento, a Taxa Municipal Turística de Guimarães, cuja receita permitirá ao Município não só a recuperação de parte dos custos já suportados presentemente, como também a realização, no futuro, de novos investimentos e despesas concretamente dirigidos à prestação de serviços e utilidades diretamente relacionados com a atividade turística. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 28 de março de 2019, dar início ao procedimento tendente à aprovação do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito apresentaram-se como interessadas as seguintes entidades: - Associação do Comércio Tradicional de Guimarães; - Associação Vimaranesse de Hotelaria; - Confraria Alma do Povo – Cultura e Turismo; - Associação Grã Ordem Afonsina – Vida e Obra do Rei Fundador. Na sequência de pedido formulado a estas entidades, foi recebido um projeto de regulamento subscrito pela Confraria Alma do Povo – Cultura e Turismo

e pela Associação Grã Ordem Afonsina – Vida e Obra do Rei Fundador, ao qual a Associação Vimaranesse de Hotelaria manifestou aderir. Para além de um conjunto de disposições que tornariam o regulamento mais penoso, na ótica do pagador, que o ora proposto (montante da taxa, período de cobrança, incidência e regime de isenções), este contributo sugere que, para além da taxa de dormida, o regulamento contemple uma taxa de excursão, destinada aos excursionistas que se façam deslocar de autocarro, proposta que entendemos não acolher pelos seguintes motivos: - estabeleceria uma desigualdade de tratamento entre quem se desloca de autocarro e noutro tipo de viaturas; - a sua implementação afigurar-se-ia de difícil cobrança; - a falta de medidas similares a nível regional conduziria inevitavelmente ao desvio de excursões para outras localidades; ora, não sendo a frequência turística ideal, as excursões têm vantagens que importa preservar, desde logo pela divulgação do destino. O presente projeto de Regulamento será, ainda, objeto de apreciação pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, mediante publicação no Diário da República. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, proponho: 1. A aprovação do projeto de regulamento anexo, que cria a Taxa Municipal Turística de Guimarães; 2. Que, após o período de apreciação pública, não se justificando qualquer alteração, esta proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e ff) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal. 3. A criação, nos termos dos números precedentes, de uma



L.

fr

taxa municipal turística na modalidade de taxa de dormida, durante os meses de maio a outubro, com o valor unitário de €1,50/dormida, montante que se compagina com a Fundamentação Económico-Financeira que se anexa.” O Regulamento da Taxa Municipal Turística de Guimarães e a fundamentação económico-financeira dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

EDUCAÇÃO – PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O MELHOR ALUNO DA UNIVERSIDADE DO MINHO – ANO LETIVO 2018/2019

– Presente a seguinte proposta: “Em conformidade com a revisão do regulamento aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 4 de dezembro de 2008, recebemos da Universidade do Minho a indicação do aluno a beneficiar do prémio, em 2020, relativo ao ano letivo 2018/2019. Trata-se de Alexandre Daniel da Silva e Cunha (n.º 81921) que, tendo concluído o 1º Ciclo de Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial com a classificação de 17,924 valores, foi considerado o melhor aluno dos cursos de 1º ciclo lecionados no Polo de Guimarães da Universidade do Minho. Assim, em conformidade com o referido regulamento, mas atendendo ao facto de, desde a sua criação, o montante do prémio nunca ter sido atualizado, proponho a atribuição do prémio de €2.000,00 (dois mil euros) ao estudante supra identificado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – NORMAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ESCOLAS 2020 –

Presente a seguinte proposta: “O Orçamento Participativo (OP) tem-se assumido como um instrumento fundamental de participação dos cidadãos

em Guimarães, ajudando com as suas propostas a adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas; Considerando, ainda, que o OP tem potenciado o exercício da cidadania informada, ativa e responsável, no âmbito de uma política de governação municipal que tem procurado, nos últimos anos, fomentar o debate público dos instrumentos de gestão do território ou sobre questões fundamentais para a governação do Município; Equacionando ainda que a perspetiva da inclusão de toda a população na participação cívica, não pode obviar as camadas mais jovens desta mesma população, cujas visões e necessidade apelam a diferentes estímulos e respostas, entendemos necessária a criação de um instrumento próprio para as escolas do concelho, numa visão de resolução de áreas fundamentais no contexto de quem as sente e vive. Como resultado deste processo de participação, proponho que a Câmara Municipal aprove as Normas de Participação da VI edição do Orçamento Participativo Escolas para 2020.” As referidas Normas de Participação para 2020 dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – DÍVIDAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PROLONGAMENTO DE HORÁRIO E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - Presente uma informação dos Serviços de Educação referindo que, no âmbito do processo de monitorização das dívidas relativas à prestação de serviços de fornecimento de refeições, os Agrupamentos de Escolas vêm solicitar à autarquia apoio na resolução de algumas situações de incumprimento no pagamento daqueles serviços. De acordo com a informação remetida, verificou-se que se tratam de crianças provenientes de agregados familiares em situação de grave vulnerabilidade económica e social. Perante o exposto, propõe-se, nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em observância do



L.

disposto no *Regulamento Geral de Proteção de Dados*, a anulação das dívidas no valor de €1.702,37, respeitantes a três alunos. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundária de Caldas das Taipas solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos no dia 11 de fevereiro, a Lousado - Famalicão. Considerando que, se trata uma deslocação no âmbito de uma visita de estudo e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 27 de janeiro de 2020, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – JANEIRO DE 2020 - Presente a seguinte informação: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e arquiva-se em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

AÇÃO SOCIAL – GRUPO ENCONTRO DE SABERES - CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Encontro de Saberes solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos no dia 11 de fevereiro, a Ponte e Sande S. Martinho. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 29 de janeiro de 2020, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – GRUPO ENCONTRO DE SABERES - CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Encontro de Saberes solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos no dia 28 de janeiro, ao Guimarães Shopping. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 29 de janeiro de 2020, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO – APOIOS FINANCEIROS

PARA 2020 – Presente a seguinte proposta: “As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recriações de manifestações sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura que contribuem sobremaneira para a preservação da nossa identidade e memória coletivas. Pela sua relevância pública, a proposta em apreço prevê mantém as anteriormente contempladas e a inclui, pela primeira vez, as seguintes.



festividades: Festa do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário (Confraria do Santíssimo Sacramento de Souto S. Salvador), Festa de S. Brás de S. Paio (União de Freguesias de Leitões Oleiros e Figueiredo), Romaria de São Mateus (Freguesia de Gonça), Festa da Senhora do Rosário (Freguesia de Gonça), Festa de Nossa Senhora de Fátima de Rendufe (Freguesia de Rendufe), Festa de Nossa Senhora de Fátima de Tabuadelo (Freguesia de Tabuadelo), Festa de Nossa Senhora do Rosário de Gandarela (Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Gandarela), Festa da Senhora das Candeias (Fábrica da Igreja Paroquial de S. Faustino), Festas de Santo Estevão (Freguesia de Urgezes), Festas da Freguesia (Freguesia de Guardizela), Festa do Corpo de Deus (Confraria do Santíssimo Sacramento da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira), Procissões do Encontro e do Enterro de Nosso Senhor Jesus Cristo (Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos) e as Festas do Santíssimo Sacramento (Fábrica da Igreja Paroquial de São Torcato). Assim, pela sua inestimável relevância cultural e turística proponho a atribuição dos seguintes subsídios, totalizando €158.300,00: -----

FESTA (ENTIDADE PROMOTORA)	MONTANTE
Marcha Gualteriana (Associação Recreativa da Marcha Gualteriana)	€ 85 000,00
Festas das Taipas - S. Pedro (Comissão de Festas "Dar Vida À Vila")	€ 7 500,00
Romaria Grande - S. Torcato (Irmandade S. Torcato)	€ 7 500,00
Festas de S. Tiago (Freguesia de Ronfe)	€ 5 000,00
Festas de Pevidém (S. Jorge) (Associação de Festas de S. Jorge - Pevidém)	€ 5 000,00
Festas das Cruzes (Freguesia de Serzedelo)	€ 5 000,00
Festas Nicolinas (Comissão de Festas Nicolinas)	€ 2 500,00
Festas de S. João (Covas) (ARCOV - Ass. Rec. Cultural e Desportiva)	€ 2 000,00
Danças de S. Nicolau (Associação dos Antigos Estudantes do liceu de Guimarães)	€ 1 500,00
Carnaval das Caldas das Taipas (Organização Carnavalesca Taipense)	€ 1 500,00
Festa de Carnaval de Nespereira (Associação Cultural Carnavalesca de Nespereira)	€ 1 500,00
Festa de Carnaval Pevidém (Sol No Miral - Associação Cultural)	€ 1 500,00
Festas do Agricultor (Casa do Povo de Fermentões)	€ 1 000,00
Romaria da Senhora dos Remédios (Freguesia de Barco)	€ 1 000,00
Festas de Stº António (Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra)	€ 1 000,00
Festas de Nossa Senhora da Luz (Irmandade de Nossa Senhora da Luz - Creixomil)	€ 1 000,00
Ronda da Lapinha (Irmandade de N. Sra. da Lapinha)	€ 800,00

FESTA (ENTIDADE PROMOTORA) (continuação)	MONTANTE
Feira dos 27 (Irmandade de São Torcato)	€ 800,00
Festas de Santo Amaro de Mascotelos (Fábrica da Igreja Paroquial de S. Vicente de Mascotelos)	€ 800,00
Linhã da Corredoura (Grupo Folclórico da Corredoura)	€ 600,00
Festas de S. João de Calvos (Freguesia de Lordelo)	€ 600,00
Festas de S. Sebastião (União de Freguesias de Serzedo e Calvos)	€ 600,00
Festas de S. Tiago de Lordelo (Freguesia de Lordelo)	€ 600,00
Festas de S. Brás de Figueiredo (União de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo)	€ 600,00
Festas de Nossa Senhora do Rosário de Souto Santa Maria (Associação Santa Maria Com Vida de Souto Santa Maria)	€ 600,00
Festas de Nossa Senhora do Rosário (Fábrica da Igreja Paroquial de Silves)	€ 600,00
Festa da Senhora do Ó (Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Gémeos)	€ 600,00
Festas de S. Brás de Selho São Jorge (Fábrica da Igreja Paroquial de São Jorge de Selho)	€ 600,00
Festas de S. Cristóvão (Associação dos Motoristas de S. Cristóvão da Penha)	€ 600,00
Festa de Nossa Senhora da Ajuda de Moreira de Cónegos (Comissão de Festas)	€ 600,00
Festa de São João Batista de Brito (Freguesia de Brito)	€ 600,00
Festa de Nossa Senhora do Rosário de Brito (Freguesia de Brito)	€ 600,00
Festa de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Ponte (Irmandade Nossa Senhora do Rosário)	€ 600,00
Festa de S. Martinho de Candoso (Fábrica da Igreja Paroquial S. Martinho de Candoso)	€ 600,00
Festas de S. João Baptista de Gondar (Freguesia de Gondar)	€ 600,00
Festas de Nossa Senhora da Assunção de Vila Nova de Sande (Fábrica da Igreja da Paróquia de Santa Maria de Vila Nova de Sande)	€ 600,00
Festas em Honra de Santa Apolónia (Freguesia de Silves)	€ 600,00
Festa da Nossa Senhora do Rosário (Freguesia de Nespereira)	€ 600,00
Festa de São João Batista de Gondar (Freguesia de Gondar)	€ 600,00
Festa de S. Vicente de Oleiros (União de Freguesias de Leitões Oleiros e Figueiredo)	€ 600,00
Festas de São Cristóvão (Fábrica da Igreja de S. Cristóvão de Selho)	€ 600,00
Festas de S. João de Pencelo (Comissão de Festas)	€ 600,00
Festas de Nossa Senhora de Fátima (Comissão Festas de Abação São Tomé)	€ 600,00
Festas de S. Martinho do Conde (Comissão Festas S. Martinho Conde)	€ 600,00
Festas de Nossa Senhora do Rosário de Prazins Sta. Eufémia (Comissão de Festas)	€ 600,00
Festa da Freguesia (Freguesia de Sande S. Martinho)	€ 600,00
Festa da Senhora da Madre Deus (Irmandade de Nossa Senhora de Madre Deus)	€ 600,00
Festas de Santa Maria de Atães (União de Freguesias de Atães e Rendufe)	€ 600,00
Festa do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário (Confraria do Santíssimo Sacramento Souto S. Salvador)	€ 600,00
Festa de S. Brás de S. Paio (União de Freguesias de Leitões Oleiros e Figueiredo)	€ 600,00
Romaria de São Mateus (Freguesia de Gonça)	€ 600,00
Festa de Senhora do Rosário (Freguesia de Gonça)	€ 600,00
Festa de Senhora de Fátima de Rendufe (União de Freguesias de Atães e Rendufe)	€ 600,00
Festa de Nossa Senhora de Fátima de Tabuadelo (União das Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino)	€ 600,00
Festa de Nossa Senhora do Rosário de Gandarela (Fábrica Igreja Paroquial Divino Salvador de Gandarela)	€ 600,00
Festa da Senhora das Candeias (Fábrica da Igreja Paroquial de S. Faustino)	€ 600,00
Festas de Santo Estevão (Freguesia de Urgezes)	€ 600,00
Festas da Freguesia (Freguesia de Guardizela)	€ 600,00
Festa do Corpo de Deus - Confraria Santíssimo Sacramento da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira	€ 600,00
Festas de Nossa Senhora do Leite (Fábrica da Igreja Paroquial de São Jorge de Selho)	€ 600,00
Festa da Paróquia de S. Lourenço de Calvos (Fábrica da Igreja Paroquial de Calvos)	€ 600,00
Festas do Santíssimo Sacramento (Fábrica da Igreja de São Torcato)	€ 600,00
Procissões do Encontro e do Enterro de Nosso Senhor Jesus Cristo (Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos)	€ 600,00



L.

for

TOTAL**€ 158 300,00**

Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efetuados após prova documental, por parte das entidades beneficiárias, da respetiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias). Os subsídios atribuídos a Freguesias ficam condicionados à sua aprovação pela Assembleia Municipal. As entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, sem as quais o pagamento não poderá ser efetuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo do Município de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais e a menção "Com o apoio do Município de Guimarães". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS SEGUINTE FESTAS/ENTIDADES: Festas De S. Tiago/Junta de Freguesia De Ronfe; Festas das Cruzes – Junta de Freguesia de Serzedelo; Romaria da Senhora dos Remédios/Freguesia de Barco; Festas de S. João de Calvos/Freguesia de Lordelo; Festas de S. Sebastião/União das Freguesias de Serzedo e Calvos; Festas de S. Tiago de Lordelo/Freguesia de Lordelo; Festas de S. Brás de Figueiredo/União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo; Festa de S. João Batista de Brito/Freguesia de Brito; Festa de Nossa Senhora do Rosário De Brito/Freguesia de Brito; Festa de S. João Batista de Gondar/Freguesia de Gondar; Festa Em Honra de Santa Apolónia/Freguesia de Silvares; Festa Nossa Senhora do Rosário/Freguesia de Nespereira; Festa de S. João Batista de Gondar/Freguesia de Gondar; Festa de S. Vicente de Oleiros/União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo; Festa da Freguesia/Freguesia de Sande S. Martinho; Festa de**

Santa Maria de Atães/União das Freguesias De Atães e Rendufe; Festa de S. Brás de S. Paio/União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo; Romaria de S. Mateus/ Freguesia de Gonça; Festa de Senhora do Rosário/Freguesia de Gonça; Festa de Nossa Senhora de Fátima de Rendufe/ União das Freguesias de Atães e Rendufe; Festa de Nossa Senhora de Fátima de Tabuadelo/União das Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino; Festas de Santo Estevão/Freguesia de Urgezes; Festas da Freguesia/Freguesia de Guardizela. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais de uma entidade beneficiada. -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES - OFERTA DE BANDEIRA – Presente a seguinte proposta:

“Vem Comandante dos Bombeiros Voluntários de Guimarães solicitar a cedência de uma bandeira do Município, destinada a ser hasteada no exterior do Quartel, dado o mau estado de conservação da ali existente. Nesta conformidade, proponho a oferta da bandeira referida aos Bombeiros Voluntários de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

DIVERSOS – REEMBOLSO DE 20% DO IMI - REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação: “O Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 121 em 26/06/2017, em vigor desde 27/06/2017, tem como objeto, de acordo com o estabelecido no seu artigo 2º, “...estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Guimarães aos bombeiros voluntários das corporações existentes no concelho”, definindo ainda o seu artigo 3º que “para efeitos de aplicação do



presente Regulamento, consideram-se bombeiros os indivíduos que, integrados de forma voluntária no corpo de bombeiros das associações legalmente constituídas – atualmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas...”. Conforme disposto no artigo 6º deste Regulamento, os bombeiros têm direito ao reembolso de 20% do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, referente aos prédios urbanos localizados na área do concelho de Guimarães, destinados a sua habitação própria e permanente. Ao abrigo desta disposição legal, dois bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães apresentaram nesta Câmara Municipal o pedido de concessão do benefício do reembolso de 20% do IMI, relativamente ao ano de 2018, pago no ano de 2019. De acordo com análise efetuada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, todos eles reuniram os requisitos para a atribuição do Cartão Municipal de Identificação do Bombeiro. Examinados os respetivos processos, e conforme documentos apresentados pelos interessados, verifica-se que o domicílio fiscal dos requerentes corresponde à morada dos prédios sobre os quais incide o pedido do reembolso. Assim, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, têm direito ao reembolso de 20% do IMI do prédio destinado à sua habitação própria e permanente, os bombeiros abaixo identificados. --

Nome	Artigo matricial	Freguesia	Valor Total do Imposto	Valor do Reembolso	Nº Proposta Cabimento	Nº Compromisso
Maria Antónia Bessa Oliveira	U-1582-J	Azurém	210,08€	42,02€	104	95
Luís Filipe da Silva Matos Andrade	U-2775-S	Creixomil	252,65€	50,53€	707	443

Em face do exposto, deverá submeter-se a aprovação do órgão executivo o reembolso do valor total de **€92,55** (noventa e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos) aos referidos bombeiros voluntários, conforme

discriminado no quadro supra, ao abrigo do disposto no Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães..” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

Pelas 11:50 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **António Magalhães**, que pediu que fosse revisto o cálculo do tempo de abertura dos semáforos instalados no Nó do Castanheiro, tendo solicitado, igualmente, a instalação de luz intermitente durante a madrugada. Solicitou, ainda, o agendamento de uma reunião com técnicos da Câmara Municipal da área de ordenamento, fiscalização e gestão para análise de situações relativas ao trânsito na cidade. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que a Câmara Municipal estava atenta e que a Vereadora Sofia Ferreira e o Chefe de Divisão de Mobilidade e Transportes prestariam toda a colaboração nos assuntos que pretendesse ver tratados. -----

PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

António Magalhães
João